



Conjuntura Austral

Revista do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais/UFRGS

Volume 2 | Número 8 | Outubro - Novembro 2011

ESTAMOS RICOS, MAS PODE NÃO SAIR BARATO: INTERSECÇÕES ENTRE A RECENTE EVOLUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E O ATUAL PROTAGONISMO DOS BRICS

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA VISÃO CRÍTICA

O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES SUL-SUL: ESTRATÉGIA E REALIDADE PARA OS PAÍSES EMERGENTES

O FÓRUM QUADRILATERAL E A REAPROXIMAÇÃO ENTRE RÚSSIA E OS PAÍSES DA ÁSIA MERIDIONAL

GLOBALIZADORES DO SÉCULO XXI: PAÍSES EMERGENTES E A GLOBALIZAÇÃO SUL-SUL

RESENHA DO LIVRO: "POLÍTICA MUNDIAL A PARTIR DE 1945"





Conjuntura Austral



FOCO E ESCOPO

CONJUNTURA AUSTRAL é uma publicação Bimestral, em formato digital, do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS (NERINT), que publica trabalhos de relações internacionais com foco nos países que integram o Hemisfério Sul. Nesse sentido, tem como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas da agenda de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

A revista publica contribuições na forma de análises de conjuntura, artigos científicos e resenhas bibliográficas, cuja temática se situe na grande área de Estratégia e Relações Internacionais, com especial interesse nos temas relacionados aos países do hemisfério Sul político e suas estratégias de segurança e desenvolvimento.

Missão

Promover o debate e a reflexão sobre a conjuntura internacional, com ênfase nos processos de interesse imediato dos países em desenvolvimento.

FOCUS AND SCOPE

CONJUNTURA AUSTRAL is a bimonthly publication of NERINT (Center for International Relations and Strategic Studies), in digital format, that publishes international relations papers focusing on the countries that integrate the Southern Hemisphere. In that sense, its geographic coverage area comprises Africa, Asia and Latin America, in the perspective of great subjects of the security, diplomacy and development agendas.

The journal publishes contributions in the form of conjuncture analyses, articles and book reviews, about themes that lie in the vast area of Strategy and International Relations, with special interest in issues related to countries situated in the political South and their security and development strategies.

Mission

Promoting consideration and academic debate on the international conjuncture, with emphasis on processes of immediate interest in the developing countries.

CONSELHO EDITORIAL/ Editorial Board

Adam Habib (University of Johannesburg, África do Sul)

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil)

Antonio Jorge Ramalho (Universidade de Brasília, Brasil)

Bertrand Badie (Sciences Po, França)

Boris F. Martynov (Academia de Ciências da Rússia/ *Russian Academy of Sciences*)

Carlos Arturi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

Immanuel Wallerstein (Yale University, Estados Unidos)

Marcos Costa Lima (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

Mehdi Parvizi Amineh (University of Amsterdam, Holanda)

Samuel Pinheiro Guimarães (Alto Representante-Geral do Mercosul/ *High General Representative of the Mercosur*)

Shiguenoli Miyamoto (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Willians Gonçalves (Universidade Federal Fluminense / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL/ Editorial Committee

André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Editor

Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Editor Adjunto

André Moreira Cunha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Membro do Conselho

Marco Aurélio Chaves Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) – Membro do Conselho

Assistente de Edição / Edition Assistant

Guilherme Ziebell de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONTATO / Contact:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais

Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil

Tel: +55 51 3308-3963 ou +55 51 3308-7150 Fax: +55 51 3308-3963

e-mails: ppgeei@ufrgs.br, reisdasilva@hotmail.com, ou nerint@ufrgs.br.



Volume 2, Número 8 (Out.Nov 2011)

EDITORIAL	Pág. 4
ANÁLISE DE CONJUNTURA	
Estamos ricos, mas pode não sair barato: Intersecções entre a recente evolução do sistema monetário internacional e o atual protagonismo dos BRICs.....	Pág. 6
<i>Maíra Baé Baladão Vieira</i>	
ARTIGOS	
Integração econômica regional na África Ocidental: uma visão crítica.....	Pág. 18
<i>Lito Nunes Fernandes, Jean Christian Boukouna, José Fernandes Júnior</i>	
O fortalecimento das Relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes.....	Pág. 48
<i>Diego Pautasso</i>	
O Fórum Quadrilateral e a reaproximação entre Rússia e os países da Ásia Meridional.....	Pág. 63
<i>José Miguel Quedi Martins, Cassiana Borilli, Edson J. Neves Jr., Larleciane Piccolli</i>	
Globalizadores do século XXI: Países Emergentes e a Globalização Sul-Sul.....	Pág. 82
<i>Diego Trindade d'Ávila Magalhães</i>	
LEITURA	
Resenha do Livro: "Política Mundial a partir de 1945".....	Pág. 100
<i>Cintia Vieira Souto</i>	
NORMAS DE SUBMISSÃO	Pág. 105
INDEXADORES	Pág. 106

EDITORIAL

Editor's Note

É com grande satisfação que lançamos esta oitava edição da revista CONJUNTURA AUSTRAL, dedicada a análise das relações Internacionais contemporâneas, com ênfase nos países em desenvolvimento. Neste número, contamos com seis trabalhos de pesquisadores de diferentes instituições.

A pesquisadora Maíra Baé Vieira analisa o papel dos países emergentes diante da crise global, em uma relação que envolve os países ricos, os emergentes e o setor privado. Já Lito Nunes Fernandes, Jean Christian Boukouna e José Fernandes Júnior analisam a integração na África Ocidental, entendida como condição essencial para o desenvolvimento da região. O objetivo é demonstrar as diversas iniciativas integracionistas na região, os avanços e dificuldades encontrados.

Diego Pautasso discorre sobre os países emergentes e a cooperação Sul-Sul, a partir do estudo sobre os fatores estruturais do reordenamento do poder, destacando tanto as contradições do poder norte-americano quanto a emergência de novos poderes, destacando que os países emergentes e as relações Sul-Sul são um dos resultados e uma das causas da transição de poder. Para tanto, os países emergentes têm transformado esta nova realidade da interação Sul-Sul numa estratégia para consolidar suas posições na atual ordem mundial.

No Artigo “O Fórum Quadrilateral e a Reaproximação entre Rússia e os Países da Ásia Meridional”, José Miguel Quedi Martins, Cassiana Borilli, Edson Neves Jr. e Larleciane Piccolli analisam o contexto regional do centro e Sul asiático, através deste Fórum Quadrilateral (Afeganistão, Paquistão, Rússia e Tadjiquistão), criado através das Cúpulas de Dushanbe (2009) e Sochi (2010). O argumento central é de que estas cúpulas marcam tanto a volta da Rússia como ator de peso no “Grande Jogo” no sul e centro da Ásia quanto a afirmação de um novo tipo de regionalização baseada na cooperação “Sul-Sul”.

Também analisando os países emergentes, Diego Trindade Magalhães, no artigo “Globalizadores do século XXI: Países Emergentes e a Globalização Sul-Sul”, argumenta que No século XXI, os países emergentes têm sido responsáveis pelo avanço da globalização no eixo Sul-Sul. Estuda-se a aplicabilidade do conceito de país “globalizador” ao caso da atuação brasileira no Sul. Para finalizar esta edição, Cintia Vieira Souto resenha o livro de Peter Calvocoressi, “A Política Mundial a partir de 1945”, lançado neste ano pela Editora Penso.

Enfim, neste número, a temática central gira em torno da reflexão sobre os países emergentes e sua influência nas relações internacionais contemporâneas, seja do ponto de vista econômico ou político, bem como as potencialidades para a cooperação Sul-Sul. É inegavelmente um dos principais eixos de pesquisa das relações internacionais na atualidade.

Mais uma vez, em nome da comissão editorial, gostaríamos de agradecer à equipe técnica, aos autores, pareceristas e aos leitores, que tem prestigiado nosso trabalho.

Prof. André Luiz Reis da Silva
Editor

ESTAMOS RICOS, MAS PODE NÃO SAIR BARATO: INTERSECÇÕES ENTRE A RECENTE EVOLUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E O ATUAL PROTAGONISMO DOS BRICS

We are rich, but it might not come cheap: Intersections between the recent evolution of the international monetary system and the current prominence of the BRICs

Maíra Baé Baladão Vieira¹

É patente, na atualidade, a prosperidade que usufruem as economias emergentes em detrimento dos processos recessivos em andamento nas economias avançadas. Em grande parte, a boa maré pode ser atribuída aos grandes influxos de investimento que estas economias vêm recebendo desde meados da década de 1990. A capacidade de acúmulo de divisas estrangeiras vem possibilitando que os países incluídos no processo possam, inclusive, se valer de *hard politics*, tal qual tradicionais colonizadores, utilizando seus novos abundantes capitais para exercer certa dose de poder real junto a economias menos desenvolvidas, como as africanas. O ponto pitoresco dessa situação reside em que o potencial apropriado por países emergentes como os BRICs para o exercício efetivo de influência política, econômica e militar em terceiros Estados pode ser atribuído a mudanças no mecanismo do sistema monetário internacional que pareceram bastante vantajosas aos países desenvolvidos na década de 1970, em termos de resolução de seus conflitos internos, mas que acabaram por gerar mudanças estruturais que os desfavoreceram. O ponto preocupante, que subjaz nesta abordagem,

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. (mairabae@gmail.com)

trata dos movimentos recentes realizados de modo unilateral pelos Estados Unidos, na forma de ajustes macroeconômicos, que podem colocar em derrocada o atual sistema.

Algumas questões devem ser colocadas a fim de que possamos entender este fenômeno que reflete, em alguma medida, uma das derradeiras possibilidades de expansão territorial do sistema capitalista – a inclusão da África no capitalismo moderno. A **primeira** delas seria em relação à compreensão do processo que alterou as dinâmicas do sistema monetário internacional e as razões de sua ocorrência. A **segunda**, os impactos resultantes da nova configuração no panorama econômico dos países emergentes e a reação dos mesmos frente às novas possibilidades dadas pelo fim de suas restrições financeiras, atávicas até então. E, em **terceiro** lugar, deve ser evidenciada a incógnita em relação às possíveis ações por parte dos países desenvolvidos no sentido de reverter este quadro e o despontamento do que pode ser a tendência ao desmantelamento da atual configuração, sistematizada na hipótese da existência de um arranjo Bretton Woods 2 (BW2).

Em relação à primeira das questões apontadas, reza a lenda que a construção do sistema monetário internacional esteve constantemente ligada aos objetivos da política macroeconômica dos Estados Unidos, legitimados por seu poderio militar. O “tiro que saiu pela culatra” é apontado por Franklin Serrano (SERRANO, 2004) como sendo a “ofensiva conservadora interna com priorização do controle da inflação e resolução do conflito distributivo interno a favor das classes proprietárias”, as políticas de controle inflacionário impostas por Reagan ao final da década de 1970. Até então, os Estados Unidos operavam em termos da manutenção de altas taxas de crescimento, sendo que entre 1947 e 1968 o compromisso se dava por conta da ameaça soviética o que justificava suporte incondicional aos países aliados. A pós 1968 – até 1979 – persistiu a tentativa de manutenção de altos níveis de emprego interno, ainda que à custa do abandono de Bretton Woods e com grande prejuízo do ganho financeiro nos EUA, pois as baixas taxas de juros não permitiam elevados rendimentos, o que também consolidou a formação do mercado de eurodólares com a migração destes capitais.

Em resposta à “restauração da hierarquia”² (SERRANO, 2004) imposta por Reagan em 1979, a elevação da taxa de juros provocou grande atração de capitais e a valorização do dólar. Mas a ocorrência de uma recessão mundial, já que os demais países industrializados acompanharam a alta dos juros americana para evitar fuga massiva de capitais, fez com que os preços nominais em dólares caíssem, o que auxiliou a desaceleração da inflação nos EUA, ainda que o país tenha ingressado na sua pior recessão do pós-guerra, antes de 2008, com níveis recorde de desemprego. Na Europa, a alternativa à “euroesclerose” (desemprego elevado e crescente) seria motor do aprofundamento do processo de integração, que necessitava, neste ponto, de uma moeda única para que fossem vencidas as oposições protecionistas remanescentes à liberalização comercial (EICHENGREEN, 2003). Solucionado o problema da perigosa ascensão da classe proletária, outro efeito colateral, importante para os argumentos aqui colocados, surge destas medidas em razão da valorização do dólar: o estímulo à transferência das locações industriais para países em desenvolvimento.

Associadas a estes eventos, Susan Strange (STRANGE, 1998) aponta algumas novidades surgidas em meados da década de 1980 que também levaram à desestruturação do sistema monetário internacional, a saber, a grande mudança nos padrões tecnológicos que propiciou maior sofisticação à maneira pela qual operam os mercados financeiros; O próprio tamanho destes mercados em termos dos volumes transacionados, dos novos centros financeiros e seu enorme contingente laboral; O “fim da atividade bancária” em termos das operações clássicas de intermediação, uma vez que os bancos de investimentos apostam seu próprio dinheiro no “cassino” financeiro, abstendo-se da reservada e protegida atuação de outrora; A emergência da Ásia; E, por fim, as alterações no padrão de coordenação dos mercados, antes exercida pelos bancos centrais e, posteriormente, deixada à mercê da auto-regulação.

Estas inovações acabaram por contribuir para o aprofundamento daquilo que é hoje amplamente debatido como globalização financeira. O descolamento do investimento financeiro de suas bases nacionais, ou até mesmo o descolamento destes investimentos das bases produtivas de modo diretamente vinculado e proprietário, por

² Como chama o autor à ofensiva conservadora.

sua vez, propiciaram o surgimento de algumas figuras inusitadas no cenário financeiro internacional, como por exemplo, o *alliance capitalism*, como chamado por Dunning (DUNNING, 1997) ao processo que altera a natureza da atividade econômica que se tornou especializada, complexa e porosa, tendo sua dimensão espacial passado de nacional, para regional, para internacional e por fim, para global.

Esta difusão em termos de propriedade também evidencia-se nos processos de inserção individual dos principais atores econômicos, as empresas transnacionais, que aprofundaram a concentração capitalista nos rumos da financeirização acentuada na década de 1990 após a massificação das medidas neoliberais e promoveram grandes fusões e aquisições que possibilitaram a criação de grandes conglomerados empresariais para onde migram as nuvens de capitais descoladas das formas tradicionais de rendimento sem que possam ser detectadas pelo observador comum sua propriedade, procedência, permanência ou destino. Ao fim e ao cabo, a erosão dos controles sobre os movimentos internacionais de capitais alterou a composição dos mesmos, que passaram a ser majoritariamente investimento direto e de portfólio em substituição aos tradicionais empréstimos (ACIOLY, 2009).

A globalização financeira, ou “mundialização” financeira na concepção de Chesnais (CHESNAIS, 2005), com gênese nos processos acima descritos, fundamentou-se em um *continuum* de desregulamentação e liberalização que desmontou as barreiras à atividade financeira nos países industrializados, o que levou as empresas transnacionais a optarem pela centralização dos ganhos não reinvestidos na produção que as respaldou na opção pela atuação financeira internacional em detrimento da produtiva. Nesta corrida pelo lucro, alguns países selecionados obtiveram a chancela dos mercados financeiros para se tornarem destino dos capitais acumulados tanto por indústrias, quanto por suas *holdings*, sendo que para estes atores transnacionais os percursos geográficos de seus investimentos eram ideologicamente indiferentes, desde que suficientemente seguros.

Entretanto, na própria expressão de Chesnais, “A mundialização do capital não apaga a existência dos Estados Nacionais, nem as relações de dominação e dependência políticas entre eles. Ao contrário, ela acentua os fatores de hierarquização entre os

países” (CHESNAIS, 2005:20). Este processo, em oposição ao que deveriam ser as intenções dos países desenvolvidos ao alterar suas políticas macroeconômicas quando da “revolução conservadora” de Thatcher e Reagan, acabou por gerar um imenso fluxo de investimentos em direção às economias em desenvolvimento, provocando em consequência, uma escalada dos países emergentes rumo ao centro da política mundial.

Para uma dimensão do que representa a mundialização financeira, remonta-se ao seguinte excerto do texto de Norman Gall, que representa o preocupante quadro de alavancagem da atualidade:

O estoque financeiro mundial – o total de depósitos bancários, títulos de dívida privada, dívidas governamentais e participações acionárias— passou de US\$10 trilhões em 1980, próximo do valor do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, para US\$167 trilhões em 2006, quase quatro vezes o PIB mundial. Apenas em 2006, os ativos financeiros globais tiveram um aumento de US\$25 trilhões, ou quase 18%, um crescimento três vezes maior que o PIB, liderados por aumentos nos ativos dos Estados Unidos (US\$5,7 trilhões) e China (US\$2,8 trilhões). Enquanto isso, as reservas de divisas dos governos passaram de US\$910 bilhões em 1990 para US\$5 trilhões em 2006, tendo dobrado desde 2000. Este aumento grande e acelerado faz parte da globalização financeira. Os ativos internacionais dos bancos subiram de US\$6 trilhões em 1990 para US\$37 trilhões em 2007, o equivalente a mais de 70% do PIB mundial, com operações com mercados emergentes ultrapassando os US\$4 trilhões. O volume diário dos negócios nos mercados internacionais de divisas cresceu de \$200 bilhões na década de 1980 para \$3,9 trilhões hoje (GALL, 2008).

Em linhas similares, a evidência da transferência de capitais para as economias emergentes pode ser apreciada em virtude da demonstração simples dos montantes envolvidos no processo: o fluxo líquido de capitais privados direcionados às economias emergentes aumentou de 90 bilhões de dólares em 2002 para 709 bilhões de dólares em 2007 (havendo decaído nos anos seguintes para novamente aumentarem em 2010 atingindo quase 500 bilhões), conforme o *World Economic Outlook* do FMI (IMF, 2010 *apud* CGFS, 2011). Os últimos dados reunidos pela UNCTAD, em relação aos investimentos diretos estrangeiros podem ser observados na Figura 1. Estes fluxos também resultaram na acumulação de grandes reservas de divisas estrangeiras por parte das economias emergentes, que por sua vez passaram a reorganizar sua inserção

financeira internacional por meio de mecanismos como fundos soberanos ou, como ponto privilegiado da presente discussão, por meio da aquisição de ativos em países periféricos (o caso africano aqui ressaltado a título de exemplo).

Table II.1. FDI flows, by region, 2007–2009
(Billions of dollars and per cent)

Region	FDI inflows			FDI outflows		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
World	2 100	1 771	1 114	2 268	1 929	1 101
Developed economies	1 444	1 018	566	1 924	1 572	821
Developing economies	565	630	478	292	296	229
Africa	63	72	59	11	10	5
Latin America and the Caribbean	164	183	117	56	82	47
West Asia	78	90	68	47	38	23
South, East and South-East Asia	259	282	233	178	166	153
South-East Europe and the CIS	91	123	70	52	61	51
<i>Memorandum: percentage share in world FDI flows</i>						
Developed economies	68.8	57.5	50.8	84.8	81.5	74.5
Developing economies	26.9	35.6	42.9	12.9	15.4	20.8
Africa	3.0	4.1	5.3	0.5	0.5	0.5
Latin America and the Caribbean	7.8	10.3	10.5	2.5	4.3	4.3
West Asia	3.7	5.1	6.1	2.1	2.0	2.1
South, East and South-East Asia	12.3	15.9	20.9	7.9	8.6	13.9
South-East Europe and CIS	4.3	6.9	6.3	2.3	3.1	4.6

Source: UNCTAD, FDI/TNC database (www.unctad-arg/fdistatistics).

Figura1: reprodução de quadro da página 31 de relatório da UNCTAD (World Investment Report, 2010).

Tanto surpreende este comportamento dos capitais privados que se destinaram – e seguem destinando-se – a mercados emergentes, que foi chamado por Toloui de “anomalia histórica” (TOLOUI, 2007). Não faz parte da normalidade, da lógica capitalista, o acesso a grandes fluxos financeiros por parte das economias emergentes que tradicionalmente importavam, com alto custo, capitais das economias superavitárias a fim de financiar seus persistentes déficits em conta corrente. A demanda por capital reprimida na forma da subutilização da mão de obra, refletida em um grande potencial para crescimento via constituição de mercados internos e atendimento de um *standard* de consumo considerado básico para economias avançadas, fez com que a disponibilidade financeira propiciasse intenso crescimento em um seleto grupo de países emergentes, com significativas melhoras no padrão de vida dessas populações e aumento de sua renda *per capita*.

Os países destinatários destes fluxos puderam, ainda, promover em terceiros países réplicas de iniciativas dos quais foram atores passivos por grande parte de sua

historia. Neste ponto é que retorna a segunda questão abordada, em relação às políticas de inserção internacional ocasionadas pela inusitada liquidez. Várias razões poderiam ser elencadas para justificar a ação internacional dos países emergentes – no caso em questão, colocado a título de exemplo – no continente africano: os investimentos diretos proporcionam acesso a commodities energéticas, provimento de segurança alimentar nos países investidores e o exercício de poder coercitivo que poderá mais tarde ser capitalizado até mesmo em termos multilaterais (e aí deve ser considerado o agrupado numérico de nações do continente). Para além destas motivações, a exportação de capitais por países emergentes promove redução da pressão exercida pelos investimentos recebidos sobre suas moedas e minimiza a perda de competitividade gerada pela valorização cambial, também propiciando acesso a mercados para seus produtos manufaturados de baixa intensidade tecnológica e projeção internacional por meio de suas empresas transnacionais, forjadas a duras penas em processos internos de acumulação com pleno suporte estatal. Pode ainda ser mencionado que a aquisição de ativos transnacionais, que podem adquirir valor estratégico no futuro, possibilita a alocação de capitais em uma região na qual a taxa de formação bruta de capital fixo é bastante superior às demais regiões mundiais, dentre muitas outras.

Enquanto que, para os investidores fixados nos países desenvolvidos apenas um seleto grupo de economias emergentes é digno de sua atenção (personificados em carteiras de investimentos como a tão bem sucedida “BRICs” da Goldman Sachs) para os capitais dos países emergentes o potencial apresentado pelas economias africanas para que nelas sejam induzidos processos de desenvolvimento econômico semelhantes aos que foram vivenciados por eles, justifica o risco atrelado à escolha. Para fins de simplificação, Arrighi (ARRIGHI, 1986) sintetiza a natureza da ação aqui descrita como uma tentativa dos países semi-periféricos que tenderão a buscar incessantemente meios de promover sua escalada rumo ao centro, ou melhor, rumo ao aumento das atividades características do centro em sua economia, para fins de alteração de seu próprio *status* de semi-periferia no sistema. Estas atividades são rudimentarmente caracterizadas como aquelas que detêm uma fatia maior da mais-valia proporcionada pela atividade produtiva, ou seja, as cadeias produtivas que concentram maior retorno de capital, mas

são aqui operacionalizadas como aquelas particulares à atuação das empresas transacionais que, em sua ampliação horizontal, acabam por criar falhas de mercado que possibilitem controle significativo do setor no qual estão inseridas.

Na qualidade de periferia do sistema, o continente africano apresenta grandes perspectivas para os investimentos dos países emergentes, também em razão do papel que pode ser desempenhado por países como os semi-periféricos do grupo BRICs nestas economias. Para Arrighi (ARRIGHI, 2002) a principal diferença entre as economias africanas e as economias asiáticas e latino-americanas reside no processo de formação de uma liderança capitalista nacional, capaz de organizar o excedente de mão de obra. A “crise africana” iniciada em meados da década de 1970 com o advento das mudanças sistêmicas introduzidas pelos Estados Unidos, em resposta à crise de superprodução capitalista dada pela intensificação da competição frente a recursos – naturais e humanos – escassos, é assim explicada pelo autor. Enquanto a Ásia foi capaz de contar com a abertura do mercado americano para seus produtos intensivos em mão de obra, a África não dispôs de uma organização capitalista endógena, capaz de se beneficiar deste momento, permitindo que aumentassem sua capacidade importadora, mediante altos déficits comerciais.

A terceira parte deste raciocínio, ou, a terceira questão previamente colocada, remete à conjuntura da estrutura do atual sistema monetário, que desencadeou os fenômenos anteriormente descritos e as tendências que se apresentam em termos de alteração dos moldes vigentes, alcunhados como Bretton Woods 2 (BW2). Embora não sejam definitivas as tendências apresentadas pelos formuladores das políticas macroeconômicas norte-americanas, até mesmo pelo caráter interno da crise política que busca impedir o aumento do endividamento público para dificultar as ações do governo Obama por parte dos republicanos, esta poderá ser mais uma medida de ajuste interno que acabará por gerar irreversíveis alterações estruturais, a exemplo daquelas da década de 1970. Há muito que a frágil condição do dólar enquanto moeda de reserva é criticada, sem que se materializem, no entanto, restrições às políticas monetárias norte-americanas que possibilitam a monetização das dívidas do país, gerando inflação global. E, para evidenciar os possíveis efeitos deletérios destes ajustes, caberia menção à

chacota de Barry Eichengreen, a de que os Estados Unidos colocam o resto do mundo de cama a cada espirro.

Sumarizando as questões aqui levantadas, diante dos resultados gerados pelos processos anteriormente descritos, os países desenvolvidos – as economias avançadas, as potências tradicionais, o centro do sistema – encontram-se empenhadas em reverter as transferências de recursos para as economias emergentes (semi-periferia) que provocaram, dentre outras razões, processos estagnantes justamente nos países nos quais os capitais se originam. O estancamento do processo, hoje encabeçado pelas incipientes iniciativas norte-americanas de combate ao déficit público, que resultarão inevitavelmente em alteração de sua posição deficitária na conta corrente de seu balanço de pagamentos, o que garante a expansão da oferta do pivô dos meios de troca internacionais, o dólar, pode vir a ser o início de uma nova desestruturação no sistema monetário internacional, com grande potencial para o surgimento de quadros recessivos endêmicos em escala global e retrocesso nas posições, rumo ao centro do sistema, galgadas pelos BRIC's.

Caberia ainda lembrar um processo detectado por Polanyi (POLANYI, 2000) que se refere à interpretação do que seria o equilíbrio de poder mantido durante a vigência do padrão-ouro. Este equilíbrio foi tomado pelo autor como simples pacifismo pragmático para fins de sobrevivência das unidades envolvidas e implodiu por conta do fracasso da economia mundial, que por sua vez não prosperou quando passou a basear-se no mercado auto-regulável. Contemporaneamente, o sistema monetário encontra-se em uma fase de transição, com a insurgência de interesses que talvez não privilegiem a paz em relação à segurança e à soberania. A tensão crescente instalada nos países desenvolvidos por conta dos processos recessivos pode fazer ressurgirem cenários nos quais prósperas fases de integração inexoravelmente resultaram no aumento da competição, derivando para a instalação de conflitos. O sistema monetário internacional necessita de um novo arranjo que permita a mediação dos interesses antagônicos dos atores privados e estatais, haja vista o protagonismo dos primeiros na atual conjuntura.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana. Mudanças Institucionais e a Lógica de Expansão da Grande Empresa. Texto para discussão 1419. Ipea, Rio de Janeiro, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects. *New Left Review*. V 15, p. 5-36. May-june, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. *Review*. New York. Volume X, Number 1, p. 9-74. Summer, 1986.
- CGFS. Capital Flows and Emerging Markets Economy, CGFS Papers, n. 33 – January. Basel: Commission on Global Financial System, 2011.
- CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti (Org.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro*. Lajeado, RS: Univates, 2005.
- DUNNING, J. H. *Alliance Capitalism and Global Business*. London/New York: Routledge, 1997.
- EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- GALL, Norman. A festa do crédito e a economia mundial: Dinheiro, ganância, tecnologia. *Braudel Papers*, Nº 43 - 2008. Disponível em: http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp43_pt.pdf. Acessado em 14/07/2011.
- IMF. *World Economic Outlook: Rebalancing Growth*. Washington, April 2010.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- SERRANO, Franklin *Relações de Poder e a Política Econômica Norte-Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. In FIORI, J. L. *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- STRANGE, Susan. *Mad Money: when markets outgrow governments*. Ann Arbor: Michigan, 1998.
- TOLOUI, Ramin. *When Capital Flows Uphill: Emerging Markets as Creditors*. PIMCO, June 2007.



Artigo recebido em 12 de Setembro de 2011. Aprovado em 20 de Outubro de 2011.

RESUMO

Os recentes ajustes macroeconômicos norte-americanos podem colocar em derrocada a atual configuração do atual sistema monetário internacional que propiciou as condições para que países emergentes como os BRICs se valessem do exercício efetivo de influência política, econômica e militar em terceiros Estados.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema monetário internacional; BRIC's; Semi-periferia.

ABSTRACT

The recent U.S. macroeconomic adjustments might overthrow the current configuration of the international monetary system that provided conditions for emerging countries, like the BRIC's, for performing political, economic and military influence in third States.

KEYWORDS

International Monetary System; BRIC's; Semi-periphery.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA VISÃO CRÍTICA

Regional Economic Integration in West Africa: A Critical
View

Lito Nunes Fernandes¹
Jean Christian Boukounga²
José Fernandes Júnior³

1. Introdução

A unidade, a cooperação e integração foram durante todo o tempo o sonho de diversos nacionalistas africanos no passado entre eles Kwame Nkrumah, que no seu livro “A África deve unir-se” já vinha preconizando a questão da integração (Nkrumah, 1977). Porém, apesar da questão da integração estar nos ideais desde o início do pan-africanismo⁴, seu processo só veio ganhar força a partir da década de 1990, como

¹ Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista da CAPES, Mestre em Gestão Financeira pela Universidade de Mondragón, professor da Universidade Colinas de Boe (UCB) e do CENFA-Centro de Formação Administrativa de Bissau (litonunes@hotmail.com)

² Mestre em Agronomia pela UFRGS e Engenheiro Agrônomo pela Universidade Nacional de Havana (Cuba) (boukounga@hotmail.com)

³ Funcionário do Ministério das Pescas da Guiné-Bissau. Bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS (juniorfer50@hotmail.com)

⁴ O *panafricanismo* é um movimento sociopolítico e ideologia da uma África Unida em prol do desenvolvimento. Nasceu com o despertar dos afros descendentes na diáspora, sobre todo com os descendentes de escravos africanos no caribe e nos EUA. Segundo Ribeiro (2007) inicialmente era voltado para a promoção social e política dos negros na racista América, entretanto com o passar dos tempos voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso sócio político da África. O pioneiro desta ideologia foi o sociólogo afro americano Willian E. Dubois, tendo organizado os cinco primeiros congressos pan-africanos, sendo três deles na Europa (1919, 1921, 1923) e um nos EUA em 1927. O primeiro congresso pan-africano realizado no solo africano foi em Manchester em 1945 e, já com participação majoritária e relevante dos líderes africanos, entre eles Kwamen N’krumah, o foco centrou-se mais na descolonização e luta contra o imperialismo. Neste congresso, igualmente se acordou a criação de uma organização supranacional que velasse pelos interesses africanos, fato que se concretizou com a criação da Organização para a Unidade Africana (OUA) em 1963 (BADI, 1992).

estratégias de promoção do desenvolvimento, sustentabilidade socioeconômica e a estabilidade política. Sua importância para acelerar e reforçar o desenvolvimento socioeconômico finalmente foi reconhecido depois de um longo tempo pelos tomadores de decisões africanos e atualmente, seus governos estão dando maior credibilidade e atenção aos acordos regionais (EGOSCOZABAL, 2007).

As degradantes condições de vida de uma ampla parcela da população da AO, o forte aumento da desigualdade e pobreza são algumas das questões pelas quais a comunidade local trata de coordenar esforços para lutar contra sua marginalização. Este aspecto, unido a outros não menos importantes como a desvantagem destes países no comércio internacional, devido à existência de barreiras impostas pelos países desenvolvidos (BADI, 2002), faz que se busquem outros mecanismos para tentar resolver a situação crítica enfrentada com carência de serviços públicos e infraestrutura, níveis baixos de indicadores de saúde e educação, desemprego e subemprego.

A integração regional se apresenta desta maneira como uma etapa para a inserção da AO na economia mundial (CNUCED, 2009). Entretanto, convém ter muito cuidado e observar que a busca da cooperação e integração regional por si não pode ser uma solução para Políticas Nacionais de Desenvolvimento e Administrações como as observadas na maioria dos países da região em análise.

Segundo Ocampo (2006) nas negociações internacionais, as opiniões de países pequenos como os da AO praticamente não são considerados e os serviços prestados pelas instituições financeiras internacionais são insuficientes para suas insaciáveis necessidades. A partir disto, esses países poderiam ser ouvidos com mais clareza e contundência, sempre que se expressem coletivamente como região. Convém esclarecer, que mesmo a África Ocidental ser o foco do trabalho, no decorrer deste artigo muitas vezes será usado “África” numa visão geral, com a justificativa de que as questões das diversas regiões africanas não podem ser explicadas sem partir da África como um todo, devido a todos os fatores e especificidades desse continente.

O artigo trabalha com a hipótese de a integração ser a condição *sine qua non* mesmo que insuficiente para o desenvolvimento regional nesta região. O objetivo do mesmo é demonstrar de forma geral e sem o estrito seguimento dos padrões ocidentais,

o desempenho das iniciativas integracionistas na AO, os logros obtidos na corrida para o desenvolvimento apesar da negativa herança da região assim como os obstáculos encontrados. Mesmo consciente de que ainda existem muitas lacunas, a integração regional na AO e, sobretudo, o estabelecimento de uma união monetária numa zona sem as condições prévias, está conduzindo seus membros a uma melhora contínua, opondo desta forma algumas críticas da literatura Ocidental que cataloga de fracassadas as integrações africanas.

O artigo está dividido em seis partes além desta introdução. Na segunda parte são apresentados alguns conceitos relacionados à integração e uma crítica a abordagem ocidental do desenvolvimento e integração africana. A terceira parte apresenta os primórdios da integração africana. A quarta parte mostra a importância da OUA no processo da integração na África. A quinta traz uma visão da África Ocidental junto a seus principais blocos econômicos. Na sexta parte, se debate um tema relevante como as trocas comerciais intra-bloco e as dificuldades encontradas ao longo do processo. Na sétima parte, aparecem as causas e vantagens da integração regional na África Ocidental e na oitava as considerações finais do trabalho.

2. Uma visão crítica da abordagem ocidental sobre a integração africana

A África foi forçada durante muitos anos a ser fornecedor de combustível necessário para a industrialização ocidental, enquanto se condenava a pobreza e ao subdesenvolvimento (ZOCTIZOUM, 2006). Contudo, esses fatores que provocaram atraso no ordenamento das economias e finanças públicas africanas, parecem ser ignorados pelos acadêmicos e cientistas ocidentais (excetuando os de esquerda), na hora de analisar as verdadeiras causas do seu subdesenvolvimento (FERNANDES, 2008).

Segundo Badi (2002), muitos estudos relacionam a situação enfrentada pelos países africanos à ausência da democracia, falta de instituições sólidas e políticas em diversos setores, ausência de infraestruturas e problemas étnicos etc. Estas afirmações não estão longe de serem verdadeiras, devido a um conjunto de fatores adversos encontrados na região. Entretanto, a maior parte da literatura passa por alto alguns

fatores que talvez fossem mais importantes e relevantes que todos os outros normalmente atribuídos ao não desenvolvimento da África. Entre eles, se destacam a dominação que durante séculos foi submetido o continente, o processo de colonização que veio posteriormente e o trato desigual dos países africanos no comércio internacional (KI-ZERBO, 1972).

Quando terminou a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos disponibilizou uma quantia exorbitante para a reconstrução da Europa destruída, através de um plano bem desenhado chamado “Plano Marshall” que incluía pontos fundamentais para salvar os países europeus devastados pelas duas guerras mundiais. Partindo deste ângulo de visão, a África que foi saqueada ao longo de quase cinco séculos, por que não se idealizou um plano para sua reconstrução ou por que não houve sanções aos países colonizadores ou indenizações aos povos africanos?

É comum ouvir que os países africanos carecem de infraestruturas, de democracia ou que apresentam altas taxas de analfabetismo (FERNANDES, 2008). Porém, as infraestruturas, a democracia e o desenvolvimento não podem ser construídos em um período de 50 anos⁵. Paralelamente, resulta quase impossível erradicar o analfabetismo, se a maioria dos países africanos começou a ter universidades só depois das independências nacionais, tendo em conta que era proibida seu estabelecimento durante a colonização. Numa visão mais realista, seria uma crueldade exigir aos países africanos de estarem no mesmo nível de desenvolvimento com os países de outras regiões.

Também é bom não esquecer que antes da chegada Européia, a África através de seus diversos impérios, reinos e dinastias, contava com instituições bem organizadas e estruturadas. Segundo Filho (2000), a chegada dos europeus não só marcou o início dos contactos entre a civilização européia e africana, mas também significou a destruição das sociedades autóctones que tinham criado instituições próprias e que funcionavam com certa estabilidade.

⁵ Isso de deve porque a maioria dos países africanos conquistou a independência no final da década de 1960 e alguns conseguiram esse fato só em meados da década de 1970, então são estados de aproximadamente 40 anos de vida.

Ao mesmo tempo, segundo o comentário de este mesmo autor, também significou a intensificação da nefasta atividade de escravidão que exauriu a África de braços e mentes por quase cinco séculos. Após a escravidão, o domínio físico e a instituição do sistema colonial retardaram em quase um século a retomada das instituições e do crescimento africano, oprimindo, barbarizando e colonizando territórios e seres humanos, diminuindo as coadjuvantes da sua própria história.

Badi (1992) comenta que o arranque do desenho desenvolvimentista africano iniciou desde a década de 1970, sobretudo com a elaboração de Plano de Ação de Lagos (PAL)⁶, que continha pontos fundamentais para tirar a África da situação onde se encontrava. E, quando o plano começava a dar seus primeiros frutos e a retomada do crescimento e desenvolvimento, apareceu a política ditatorial do FMI/BM denominado Planos de Ajuste Estrutural- PAE, que na verdade não só veio destruir os avanços que a África estava obtendo através de PAL, mas também era uma intenção de abrir as fronteiras africanas e liberar suas economias para a entrada das empresas transnacionais e continuar a perpetuar a dependência africana perante as grandes potências ocidentais (TOUSSAINT E MILLET, 2006).

Os resultados da PAE produziram efeitos perversos. A supressão dos déficits públicos nasceu não do aumento de renda, mas sim da redução ou eliminação dos gastos sociais e dos investimentos públicos (KI-ZERBO, 2000). Ainda este autor corrobora que numa região onde o Estado era o principal investidor, administrador, empresário e elemento chave no processo de desenvolvimento econômico, seu enfraquecimento

⁶ O PAL foi fruto de várias negociações entre a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (ECA) e a Organização da Unidade Africana (OUA). Assim, em 1976, a ECA apresentou um plano revisado dos princípios para a instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional na África, adotado pela Conferência dos chefes de Estados e Governos em 1977. Posteriormente, em 1979, teve lugar em Monróvia capital da Libéria um colóquio sobre as perspectivas do desenvolvimento econômico de África para os anos 2000 e no mesmo ano a ECA e a PNUD organizaram um seminário sobre os modelos alternativos do desenvolvimento e estilo de vida para África. Ainda em 1979, a resolução 15ª sessão do Conselho de Ministros da OUA sobre Estratégia de Desenvolvimento para África, foi adotado em Rabat, Marrocos. Todas essas iniciativas concluíram com a segunda sessão extraordinária dos Chefes de Estados e Governos reunidos entre 28 e 29 de Abril de 1980, em Lagos (Nigéria), onde se elaborou um importante documento que continha um Plano de Desenvolvimento africano denominado “Plano de Ação de Lago” cujos principais artífices foram Adebayo Adedej e Edem Kodjo, com colaboração fundamental de Michael B Kingue e Albert Tévoédjré. Esse plano pretendia fazer um balanço dos 20 anos decorridos entre 1960 anos em que muitos países africanos conseguiram sua independência até 1980 e, sobretudo delinear estratégias para o período 1980 a 2000 (FERNANDES, 2007).

devido as PAE gerou situações inéditas de insegurança e decomposição política, ilustradas pelo ressurgimento de conflitos étnicos e pelo bloqueio do processo da democratização em muitos países.

Por outra parte, a implementação de PAE também objetivava afastar os países africanos dos ideais socialistas, tendo em conta que na altura se vivia o clima da bipolaridade (Guerra Fria) e muitos países africanos depois da independência tinham certas inclinações socialistas, por receberem ajudas da extinta Comunidade de Ajuda Mutua Econômica⁷ (ZOCTIZOUM, 2006).

Assim, para frear essa tendência em plena época de Guerra Fria, os EUA atuaram de forma estratégica e destruíram os planos e as ajudas que os africanos recebiam do campo socialista. Segundo Badi (2002) e Ki-zerbo (2000) afirmam que os anos que seguiram as implantações forçadas de PAE foram muito difíceis e complicados para os novos países que estavam se tentando afirmar na arena política e econômica internacional. E, mesmo com todas essas adversidades, as iniciativas africanas de integração continuaram até que na década de 1990, já com maior vontade política dos seus dirigentes, seus dirigentes começaram a idealizar planos mais ambiciosos e viáveis (CNUCED, 2009).

3. Primórdios do processo da integração regional africana

O termo integração econômica que adquiriu maior precisão depois de 1950, significa um processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas no sentido de pressupor medidas que conduzem a supressão de algumas formas de dominação (BELASSA, 1961). A integração regional é um processo prolongado e complicado, que requer harmonização de diversos aspetos em diferentes momentos, fases e etapas. Tomando como referência a União Européia, constata-se que foi um processo bem elaborado e articulado que demorou meio século para se consolidar (FERNANDES, 2007). Na África, onde a maioria dos países conseguiu a independência

⁷ A ajuda socialista consistia em apoios militares, econômicos e educacionais⁷, alguns países do bloco, caso de Cuba inclusive enviavam tropas para apoiar as resistências e os movimentos de libertação nacional em vários países africanos.

na década de 1960 e o processo de integração regional só começou a ser visto com mais seriedade na década de 1990, resulta evidente que ainda falta muito caminho por recorrer e tempo para se consolidar.

Existem varias respostas para a explicação de fenômenos integracionistas, podendo ser econômicas, políticas, religiosas, bélicas assim como de segurança e defesa. Para Gilpin (2001), as principais abordagens que os economistas basearam para explicar a integração regional, surgiram no novo institucionalismo e na nova economia política, dependendo do contexto e das circunstâncias, mas, em todas elas existe um fator comum: a cooperação. Segundo aquele autor, a abordagem do novo institucionalismo assume que as instituições internacionais (incluindo as regionais) são estabelecidas para vencer as falhas no mercado, resolver problemas de coordenação e/ou eliminar obstáculos à cooperação econômica.

Em relação ao avanço ou retrocesso do processo integracionista particularmente na África Ocidental, mesmo não seguindo os moldes ocidentais, ademais junto as suas diversidades e especificidades, deve ser analisada e julgada segundo as características e realidades de esta região (ADETULA, 2004). Dito de outra maneira, ela não pode ser considerada fracassada como aparece em algumas literaturas internacionais, mesmo reconhecendo que ainda existem muitos obstáculos que vencer.

Alguns dos motivos da problemática integracionista desta região são associados à corrupção e má governança da própria elite local (BANCO MUNDIAL, 2007), e outros não menos relevantes é responsabilidade do ocidente, sobretudo, devido a fatores como a imposição da já mencionada PAE, (ii) pagamento das dívidas externas e, (iii) o tratamento não igualitário no comércio internacional.

Os antecedentes do regionalismo na África surgiram com a proposta de movimento pan-africanismo de unificação do continente no final do século XIX e início do século XX, mas que ganhou força depois do 5º congresso do pan-africanismo realizando em Manchester em 1945, na qual os líderes africanos presentes reivindicaram a independência nacional dos seus territórios sob o jugo colonial (Ki-zerbo, 1972). A partir dessa data, o movimento pan-africanista passou a ser uma resposta ao processo de dominação colonial e a integração regional africana surgiu como instrumento essencial

á estratégia de descolonização da África na década de 1950. Egoscobabal (2004), afirma que o processo de integração regional africana surgiu de duas formas: (i) em alguns casos, como modo de manutenção da relação colonial entre Estados vizinhos que pertencessem a mesma potência colonial e (ii) em outros, a relação entre os Estados vizinhos apresentava-se como alternativa para superar os obstáculos herdados da colonização.

A particularidade africana motivada por longos anos de saqueios e exploração colonial, pela diversidade étnica e cultural, assim como pela extrema pobreza e sua falta de infraestrutura, fez com que os processos de integração verificada nessa zona sigam outras diretrizes e características próprias das suas realidades. Dito de outra forma, as integrações africanas não deveriam ser comparadas com a integração europeia cujos componentes são países desenvolvidos e de economia avançada (BADI, 2002). Na verdade, a integração europeia é um processo de capitalismo maduro, dirigido pelo capital e nasceu para resolver as expressões das grandes companhias europeias. Já a integração africana formada pelas economias pouco desenvolvidas, tem como principal objetivo o desenvolvimento econômico.

4. O papel da Organização para a Unidade Africana na integração africana

O processo de descolonização e a independência das nações africanas foram mais bem tardios, já que só depois das duas Guerras Mundiais é que começou o processo da emancipação dos países africanos, por isso, a noção de soberania e identidade nacional na visão de Badi (2002) é menos madura em relação a outras regiões em desenvolvimento. Aquele autor, todavia realça que a colonização original também impôs um traçado de fronteiras que desarticulou a natural disposição cultural de tribos e etnias. Encaminhando o raciocínio desta maneira, poderíamos pensar que os países desenvolvidos atuavam e ainda atuam de forma a continuar perpetuando as carências e excessiva dependência ao financiamento dos países africanos. Uma dependência que em última instância atrela miséria e outros problemas hoje enfrentados pelos países africanos.

Durante décadas, a maioria das ações e atenções referentes aos problemas africanos eram resolvidas pelos organismos estrangeiros e, perante esta situação, seus governos começaram a desenhar estratégias que permitissem a amortização desses problemas, mas a escassez de recursos e a precariedade social contribuíram para o não sucesso de muitas iniciativas integracionistas durante esse período (Filho, 2000). Segundo Fernandes (2007), no seio do sentimentalismo africanista, esse fator reforçou ainda mais a idéia de criação de uma organização que zelasse pelo interesse da África, de construir uma África unida e integrada, alicerçada pela integração política, econômica, social e cultural. A própria divisão da África em diferentes “Áfricas” vem da idéia de cada região formar um bloco econômico, com vista formar a verdadeira União Africana (KI-ZERBO, 2000).

Finalmente, essa idéia foi concretizada com a Organização da Unidade Africana (OUA) fundada em 1963⁸ e que teve um papel crucial na integração total do continente (Fernandes, 2008). Assim, os diversos blocos regionais são as estratégias de a África superar os seus desafios de desenvolvimento, porque uma maior sinergia econômica é obtida na medida em que a vantagem econômica de todas as comunidades econômica é maior do que a soma dos benefícios econômicos dos Estados membros de forma separada (ECA, 2008).

Os objetivos da OUA segundo Fernandes (2007) eram: (i) promover a unidade e solidariedade ente os povos africanos, (ii) coordenar e intensificar a cooperação e os esforços para conseguir uma vida melhor para todos os africanos, (iii) defender a soberania, integridade territorial e a independência, (iv) erradicar todas as formas do colonialismo africanos, (v) promover a cooperação internacional.

Filho (2000) corrobora que dentro do pensamento crítico regional africano, a OUA foi substituída pela União Africana (UA), que nasceu como organização com a declaração assinada pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros e que ao longo dos seus anos, foi incorporando paulatinamente países à organização, sendo a África do Sul, se converter no quinquagésimo-terceiro membro em 1994. Esse

⁸ A OUA foi fundada no dia 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba, capital da Etiópia.

pronunciamento foi conhecido como *a declaração Sirte*⁹, que tinha como ponto central o estabelecimento da União Africana com a finalidade de acelerar o processo de integração continental, assistir e apoiar as nações africanas a jogar um papel mais eficaz na economia global e ao mesmo tempo resolver e atender de maneira certa os problemas comuns no âmbito social, político e econômico do continente.

Junto com a assinatura da Declaração de Sirte, também foi aprovada a “carta normativa” cuja finalidade é reger e regular o normal funcionamento da organização¹⁰, assim como os princípios e objetivos que devem seguir as organizações (Filho, 2000). Desta maneira, a União Africana vem desempenhando as funções antes atribuídas a Organização da Unidade Africana, mas de forma mais ajustadas às realidades da atual globalização.

⁹ A Declaração de Sirte teve lugar no dia 9 de Setembro de 1999, data que é qualificada por muitos africanos como um evento transcendental na evolução institucional do continente. Depois desse evento, por unanimidade dos Estados membros, a V Conferência Extraordinária da OUA/CEA celebrada igualmente no Sirte, nos dias 1 e 2 de Março de 2000, aprovou uma decisão na qual se declarava o estabelecimento da União Africana, onde os Chefes de Estados e Governos pontuaram que os requisitos legais para a União se iam cumprir com o depósito do trigésimo - sexto instrumento de ratificação da Ata Constitutiva da União Africana. A África do Sul depositou seu instrumento de ratificação da Ata Constitutiva da União perante a Secretaria Geral da OUA no dia 23 de Abril de 2000 para desta maneira se converter no trigésimo-quinto estado membro em realizá-lo. No momento em que depositou sua ratificação, a África do Sul converteu-se no membro fundador da União Africana. No dia 26 de Abril de 2000, a Nigéria se converteu no trigésimo sexto Estado membro em depositar seu instrumento de ratificação e com isso, cumpriu-se o requisito de dois terços e a Ata entrou em vigor no dia 26 de Maio de 2001 (Filho, 2000).

¹⁰Na carta estão estabelecidas as idéias, princípios e objetivos que deve perseguir a organização para satisfazer o bem comum assim como as suas regras de procedimento. Também na mesma se observa precisões sobre imposições de sanções no caso de não cumprimento do acordado pelos países membros, sendo o francês e o inglês as línguas oficiais da organização.

Figura 1. Mapa ilustrativo dos países da África Ocidental



Fonte: Banco Mundial (2007)

5. África Ocidental e os blocos regionais

A África Ocidental é representada por vários países com diversas características e culturas, sendo palco de grandes impérios do século passado como, o Império Gana, o Império Mali e o Império Songai que controlavam, sobretudo o comércio transaariano de sal, ouro, matérias primas, marfim etc. (ADETULA, 2004). Como aparece na Figura 1, os países que fazem parte da África Ocidental são: Benin, Burkina Faso, Cabo-Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Saara Ocidental, Senegal, Serra Leoa e Togo¹¹.

¹¹Em muitas ocasiões também foram incluídas como membros da África Ocidental, o Chade, o Gabão, a República do Congo, os Camarões, a República do Saara Ocidental, a Guiné-Equatorial e São Tome e Príncipe.

Tabela 1. Alguns indicadores dos países da África Ocidental

Países	População (Milhões Hab)	Taxa de Crescimento do PIB (% do PIB)				PIB <i>per capita</i> (Dólar USA) 2009
		1992/01	2007	2008	2009	
Benin	8,6	4,7	4,6	5,0	2,7	361
Burkina Faso	13,5	5,1	3,6	5,2	3,2	293
Cabo Verde	0,5	7,3	7,8	5,9	4,1	1784
Costa de Marfim	20,2	3,3	1,6	2,3	3,8	532
Gâmbia	1,8	4,6	6,3	6,1	4,6	391
Gana	25,0	4,3	5,7	7,3	3,5	345
Guiné-Bissau	1,7	0,8	0,3	3,5	3,0	287
Guiné-Conacri	23,5	4,3	1,8	4,9	-0,3	369
Libéria	3,2	N.D	9,4	7,1	4,6	151
Mali	12,5	3,9	4,2	4,9	4,5	319
Níger	12,5	1,5	3,4	9,3	-0,9	183
Nigéria	150,0	2,7	7,0	6,0	5,6	655
Senegal	13,5	3,3	4,8	2,3	1,5	513
Serra Leoa	6,5	-5,3	6,4	5,5	4,0	254
Togo	6,0	0,6	1,9	1,8	2,5	224

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UEMOA (2009)

São países de rendimento baixo, alguns mais populosos como a Nigéria com aproximadamente 150 milhões de habitantes e outros como Cabo Verde com tão só 500 000 habitantes. Grandes parcelas de suas populações vivem abaixo da linha da pobreza fato que pode ser corroborado na análise da Tabela 1, onde se observa que a renda *per capita* anual gira em torno dos 300 dólares norte-americanos, com exceção de Cabo Verde (CNUCED, 2009).

Os países da região estão agrupados na Comunidade Econômica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou *Economic Community of West African States* (ECOWAS), que nasceu com a idéia lançada inicialmente por William Tubman ex-presidente de Libéria em 1964 e se concretizou com a iniciativa de Nigéria e Togo, levando a assinatura do acordo em Lagos, capital da Nigéria em 25 de Maio de 1975, que acabou por ser denominado “Acordo de Lagos” (DE LA VEGA, 2007).

A CEDEAO foi resultado dos esforços da integração iniciada na década de 1960, cujo gênese englobava algumas iniciativas como: (i) o projeto liberiano, que preparou a Organização Interina para a Cooperação Econômica da África Ocidental; (ii) a Conferência para a coordenação industrial, realizada em Bamako, capital do Mali e patrocinada pela Comissão Econômica para a África e pela Organização para a Agricultura e Alimentação (ECA/FAO-ONU), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica da região; (iii) Conferência da Niamey, capital do Níger, igualmente patrocinada pela ECA-ONU, que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África o Oeste (CEAO), organização então atuante nos ex-territórios franceses (FILHO, 2000).

Para CNUCED (2009) e Filho (2000), desde o ponto de vista institucional, a organização da comunidade estruturou-se de forma a tentar dinamizar os projetos, adotando a distribuição das funções entre vários órgãos como são: (i) Conselho dos Chefes de Estados e Governos, (ii) Conselhos de Ministros, (iii) Parlamento Comunitário, (iv) Conselho Econômico e Social, (v) Corte de Justiça da Comunidade, (vi) Secretaria Executiva, (vii) Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, (viii) Agência Monetária da África Ocidental e, (ix) Comissões Técnicas Especializadas.

Com vista a levar em frente o desenvolvimento regional, os objetivos da CEDEAO são: (i) promover a cooperação e a integração em todos os âmbitos da atividade econômica com o fim de elevar o nível de vida dos seus povos, (ii) manter e aumentar a estabilidade econômica, (iii) reforçar as relações entre os Estados membros

e, (iv) contribuir para o desenvolvimento do continente africano. O tratado de CEDEAO prevê igualmente a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum, a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; a criação de uma União Africana (UEMOA, 2006).

No momento inicial da sua criação, os objetivos da CEDEAO eram basicamente o desenvolvimento econômico. Mas, ao longo do tempo, os aspetos políticos, a paz e a segurança, se converteram progressivamente numa prioridade para organização, motivados pelos constantes Conflitos Civis em alguns países (De La Vega, 2007). Em 1990, foi criado a ECOMOG - a força de acompanhamento da paz, uma iniciativa que demonstrava a vontade dos chefes de Estados e Governos de responderem efetivamente a instabilidade regional. Desde então, ECOMOG tem feito intervenções em conflitos como da Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Togo, Costa de Marfim etc.

Independentemente da grande agrupação regional que é a CEDEAO, os países da região ainda estão subdivididos em outros dois blocos: (i) a União Económica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) - formada pelos países francófonos com exceção da Guiné-Bissau e, (ii) West African Monetary Zone (WAMZ) - conformada pelos países da colonização inglesa com exceção da Guiné-Conacri. Ou seja, os dois subgrupos dentro da CEDEAO representam uma fase preparatória para o estabelecimento de uma moeda única na África Ocidental até 2015 que seria o ponto de partida do sonho africano de ter um mercado único com uma moeda única em 2028 (UEMOA, 2009).

Tabela 2. Indicadores Educacionais da CEDEAO

Indicadores/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Tax Escol Bruta Ensino Prim.	78,9%	81,0%	86,3%	90,9%	93,8%	97,7%
Tax Freq Liq. Ensino Prim.	63,0%	65,0%	68,2%	70,9%	73,7%	76,6%
Tax Analf. Adultos	63,5%	62,0%	58,2%	56,0%	53,8%	51,7%
Tax Analf. de 14-24 anos	44,6%	43,0%	38,9%	36,6%	34,3%	32,3%
Tax Analf. Mulheres >15anos	70,1%	72,0%	68,3%	66,1%	63,9%	61,8%
% Meninas na Escola Prim.	43,1%	43,5%	45,5%	46,9%	48,3%	49,7%

Fonte: UEMOA (2009)

A análise da Tabela 2 permite ver alguns avances em termos de indicadores sociais da AO. Por exemplo, se analisamos os indicadores educacionais, podemos constatar que a taxa de analfabetismo nos adultos reduziu em quase 10%, saindo de 63,5 para 51,7 % assim como a taxa de escolarização no ensino primário aumentou em quase 20% entre 2005 e 2009.

Um dos logros importantes a ter em conta é a redução da mortalidade infantil como se pode ver na Tabela 3, saindo dos 103 mortes por cada mil nascidos vivos em 2004 para 70,4 em 2009. Para esta região, esses avanços são significativos e muito importantes para as autoridades locais no cominho do desenvolvimento. Todos esses avanços contribuíram na diminuição do impacto da pobreza, que até 2004, atingia a quase 44% da população da região e hoje essa cifra caiu para 34,8%.

Tabela 3. Indicadores sociais da CEDEAO

Indicadores/ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Esperança de vida ao nascer	47,5	48,0	49,1	49,6	50,1	50,6
Mortalidade infantil/1000 nascidos	103,0	103,0	93,5	84,8	77,1	70,4
Taxa Mortalid <5 anos c/1000 nasc.	87,0	87,0	82,1	76,4	71,3	70,4
Tax Desnutrição crianças < de 5anos	22,0	22,0	20,8	19,7	18,6	17,6
Impacto da pobreza	44,0%	43,4%	42,4%	40,7%	37,9%	34,8%
IDH	0,324	0,334	0,352	0,363	0,375	0,398

Fonte: UEMOA (2009)

5.1 União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA)

A UEMOA foi criada por um tratado assinado pelos chefes de Estados e Governos do Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo no dia 10 de janeiro de 1994 em Dakar, com a perspectiva de uso da moeda comum: o franco CFA. O tratado entrou em vigor no dia 1 de Agosto de 1994 após a ratificação pelos Estados membros e a Guiné-Bissau se converteu no oitavo Estado membro com a sua adesão no dia 2 de Maio de 1997. A UEMOA é representada por um simbolismo de crescimento, união, solidariedade e a complementaridade entre os membros (UEMOA, 2006).

Os objetivos da UEMOA são: (i) reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados membros no quadro do andamento e abertura concorrencial num ambiente racional e harmônico; (ii) assegurar a convergência das performances e políticas econômicas dos Estados membros para o estabelecimento de um procedimento de vigilância multilateral; (iii) criar entre os Estados membros um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, bens, serviços, capital e o direito de estabelecimento de trabalhadores assalariados ou privados, assim como uma política comercial e tarifa exterior comum; (iv) instituir uma coordenação das políticas setoriais nacionais para a missão de abertura das ações comuns e eventualmente as políticas comuns, sobretudo dentro dos seguintes domínios: recursos humanos, controle espacial, agricultura, energia, indústria, minas, transporte, infra-estrutura e telecomunicação; (v) harmonizar na melhor medida o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados membros e particularmente o regime de fiscalização (UEMOA, 2006).

A UEMOA se caracteriza pelo reconhecimento de uma moeda única: o Franco da CFA¹², cuja missão é atribuída ao banco central da União (BCEAO). Os organismos

¹² O franco CFA, a denominação da moeda comum dos 14 países membros da zona franco, dividido em duas partes: (i) a UEMOA integrada por Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo; (ii) a CEMAC - Comunidade Econômica Monetária da África Central integrada por Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e República Centro Africana. O franco CFA nasceu em 26 de Dezembro de 1945, o dia em que a França ratificou os acordos de Breton Woods e efetuar a sua primeira declaração de igualdade no FMI. Neste período inicial CFA significava “Colônias Francesas de África” e o franco CFA significava- franco das colônias francesas da África. Em 1958, o

que garantem o funcionamento da UEMOA são: a conferência dos chefes de Estados e Governos, o Conselho de Ministros, a Comissão Bancaria e o Conselho Regional de Poupança e Mercados Financeiros. A Conferência de Chefes de Estados e Governos é a suprema autoridade da União e decide sobre a adesão de novos membros e toma decisões sobre questões submetidas ao seu parecer pelo Conselho de Ministros. O Conselho de Ministros se encarrega pela direção da união, onde cada país membro é representado por dois ministros, mas apenas o ministro de fazenda tem o direito do voto (UEMOA, 2009).

5.2 West African Monetary Zone (WAMZ)

Um dos objetivos da CEDEAO desde o início, era uma integração cada vez maior dos países da região. E, como já existia uma zona integrada dentro da região, a UEMOA, isso declinou muito a balança para que o resto de países da região que não fazem parte da UEMOA criasse outra união monetária. Em 2000, Gana e Nigéria começaram uma série de contactos com vista à formação de uma segunda zona monetária na África Ocidental (WAMI e IMAO, 2003). A iniciativa destes dois países alcançou uma maior relevância com a reunião dos chefes de Estados e Governos de Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Nigéria e Serra Leoa, realizada no dia 15 de Dezembro de 2000 em Bamako, a capital do Mali. Os mandatários desses países assinaram um acordo que objetivava harmonizar suas políticas econômicas e criar uma união monetária.

Como resultado, no dia 20 de Abril de 2002, foi assinado a Declaração de Accra e com ela, a constituição da segunda zona monetária na África Ocidental (WAMI, 2008). Para WAMI e IMAO (2003), a WAMZ tem como objetivo, estabilizar uma união monetária caracterizada por um banco central comum que substitua os bancos centrais de cada um dos cinco países.

CFA mudou de denominação passando a ser chamada “Comunidade Francesa da África”. Na atualidade, essa denominação mudou de significado, passando a significar “Franco da Comunidade Financeira Africana” para os países da UEMOA e “Franco de Cooperação Financeira em África Central” para os países da CEMAC.

Os órgãos diretivos a WAMZ são: (i) Autoridade de Chefes de Estados e Governos, a autoridade máxima e se reúnem uma vez ao ano; (ii) o Conselho de Convergência, que representa a autoridade política e esta composta de quatro ministros por país representando os Ministérios de Relações Exteriores, do Comércio, da Integração Regional e Cooperação; pelos governadores dos bancos centrais de cada um dos cinco países e da secretaria da CEDEAO; (iii) o Fórum de Ministros de Finanças, que corresponde ao órgão consultivo que permite uma maior participação do Ministério de Fianças nos programas da zona; (v) o Comitê dos Governadores dos bancos centrais dos cinco países, que na pratica atuam como supervisores técnicos da união (WAMI, 2008).

Balogun (2009) comenta que existe ainda outro órgão importante chamado “Comitê Técnico”, um grupo de expertos que visualiza, reporta e faz propostas á consideração do Comitê de Governadores e Conselho de Convergência e é composto por representantes dos membros do conselho da convergência assim como do secretario da CEDEAO.

O Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO) tem como objetivo facilitar a criação de um novo banco central, no qual circularia a moeda comum entre os cinco países e suas funções serão: (i) promover uma preparação para a extinção do Banco Central do Oeste Africano (WACB); (ii) monitorar e assessorar a observância do critério de convergência para os países da WAMZ; (iii) adotar a estabilidade de preços como objetivo do banco central da união e fortificar a coordenação da política monetária com vista a lograr os objetivos traçados; (iv) fazer os preparativos necessários para a condução de uma política monetária comum e; (v) realizar preparativos para a emissão da moeda comum (WAMI, 2008).

As principais funções do Banco Central do Oeste Africano (WACB) são: emissão da moeda ECO, condução da política monetária e manejar reservas estrangeiras da união. A sede do banco central se localizará em Accra, Gana. A WAMZ estava prevista para concluir em Dezembro de 2009, mas essa data foi adiada, sendo que estes impasses resultam ser da ausência do consenso nas políticas de convergências (BALOGUN, 2009).

6. Causas e vantagem da integração regional na África Ocidental

A atual literatura tem debatido enormemente sobre os verdadeiros objetivos e causas perseguidos pela integração. Duas das principais considerações teóricas que justificam a formação dos blocos regionais são os efeitos da alocação e os efeitos da acumulação, resultante da livre troca entre um grupo de países que formam um bloco (Fernandes, 2007). Desde uma perspectiva econômica, a integração regional deve ser entendida, como um instrumento de desenvolvimento, competitividade ou crescimento e, segundo Torrent (2006), esse fim é perseguido através de uma série de objetivos intermédios, normalmente analisados desde dois pontos de vista. Em primeiro lugar, aumenta a competência e provoca economias de escala como resultado da ampliação do mercado e com estreitamento do contrato entre produtores de distintos Estados membros. Em segundo lugar, a integração muda os padrões dos fluxos comerciais assim como a localização da produção.

Freitas e Prates (2001) alegam que o financiamento do desenvolvimento pressupõe a existência de um sistema bancário organizado e mercados financeiros bem integrados que possibilite inter-relações complexas entre os agentes econômicos. O sistema financeiro da CEDEAO e da UEMOA em particular que apresenta um banco central único, as decisões de investimento, responsáveis pela criação de riqueza material da sociedade, apóiam-se no sistema bancário e financeiro. Paralelamente, também existem algumas instituições autônomas especializadas como o Banco Oeste Africano do Desenvolvimento (BOAD), o Banco Regional de Solidariedade (BRS) e o ECOBANK (UEMOA, 2006).

O BOAD se destaca sobre o resto, por ser a instituição comum de financiamento do desenvolvimento dos Estados membros, promovendo o desenvolvimento equilibrado através de financiamentos de projetos prioritários. Os projetos financiados pelo BOAD são também para melhorar as infraestruturas como barragens hidroelétricas, linhas ferroviárias, construção e pavimentação de estradas (sendo que este meio é a principal via usada para transportar mercadorias importadas e exportadas); construções de escolas e hospitais, que permitem reduzir o alto índice de analfabetismo e redução de doenças e epidemias predominantes na região (UEMOA, 2009). O maior acesso ao financiamento

permitiu a concretização de muitos projetos, que na realidade vem agregando mais empregos para a população e melhorar as escassas infra-estruturas existentes.

As reformas econômicas no seu conjunto na África Ocidental se complementaram com mudanças especificamente orientadas a melhorar o funcionamento do mercado de capital, com a criação de agências de supervisão e o estabelecimento de leis contra o abuso de informação privilegiada (União Africana, 2008). Atualmente na região existe uma importante dinâmica e formulação, aprovação e vigência de legislações financeiras que têm acompanhado o processo de modernização e inovações como os observados nos grupos financeiros e bancos, assim como os instrumentos financeiros e instituições associadas (UEMOA, 2009).

Para UEMOA (2006), a modernização dos sistemas financeiros desde a formação da UEMOA em 1994, assim como à criação de novos instrumentos de pagamentos, facilitaram as transações e reduziram os custos de informação, dando como resultado, maior eficiência na intermediação financeira. A partir deste fato, os pagamentos dos salários que antes eram feitos pessoalmente - inclusive alguns funcionários públicos tinham que deslocar das suas cidades até a capital, para poder receber seus salários-, atualmente esses salários são depositados diretamente nas contas bancárias dos funcionários. Também a partir de 2000 iniciou-se a utilização das caixas eletrônicas para os saques, depósitos e transferências, facilitando ainda mais os movimentos financeiros que décadas anteriores pareciam quase impossíveis.

Outro fator a destacar na região, é a existência desde 2000 de uma Tarifa Exterior Comum (TEC)¹³ aplicado a todas as mercadorias provenientes do exterior da região e que entram no território aduaneiro, envolvendo também a harmonização das zonas de livre comércio, acordos comerciais bilaterais com países não membros da CEDEAO (PLUNLETT, 2006). Para este autor, a TEC visa alcançar objetivos como (i) a abertura do espaço da UEMOA ao exterior, (ii) proteção da produção comunitária e (iii) a luta contra o desvio dos fluxos comerciais. Também a TEC proporciona aos estados membros um método compatível com os regulamentos da OMC para lutar

¹³ Os quatro níveis de taxas aduaneiras estabelecidas pela TEC da UEMOA são 0%, 5%, 10%, 20% baseadas no grau de transformação de produtos e outras considerações.

contra os surtos da importação, assim como proporcionar um meio para enfrentar a concorrência desleal dada às importações dos produtos agrícolas e alimentares; consequência do elevado subsídio dos países desenvolvidos.

A Tabela 4 apresenta os indicadores econômicos da AO. A análise dos dados ali contidos nos permite perceber os tímidos progressos que a região vem alcançando, muito embora o ritmo de aceleração seja muito lento. Em alguns aspectos como crescimento do PIB real, a região cresceu de 3,1% em 2004 para 6,7% em 2009, ou seja, representa mais de 50% do crescimento, algo significativo para a AO. Outro aspecto relevante nessa análise é que mesmo num ritmo moderado, a renda per capita, a poupança e o estoque de capital também estão crescendo, e a dívida vem caindo, significativamente nesse período.

Tabela 4. Indicadores Econômicos da CEDEAO

Indicadores/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Crescimento Real do PIB	3,1%	3,6%	4,12%	5,0%	6,4%	6,7%
Taxa de Investimento	14,2%	15,1%	15,9%	18,4%	20,1%	21,9%
Taxa de Cres. Estoq de capital	1,61%	1,54%	2,70%	2,96%	3,59%	4,28%
Exportações intra-bloco	13,8%	13,8%	11,2%	11,2%	11,8%	12,1%
Comércio intra-bloco	11,7%	11,9%	10,4%	10,8%	12%	13%
Dividas em Percent. do PIB	68,9%	64,9%	59,1%	54,0%	49,3%	44,4%
Taxa de Poupança	7,7%	10,9%	11,8%	11,3%	11,4%	11,4%
Renda per capita (dólar EUA)	276,3	279,4	283,0	289,5	300,3	312,6

Fonte: UEMOA (2009)

7. Trocas comerciais e obstáculos da integração na África Ocidental

Como corrobora CODERSIA (2009), durante os primeiros intentos de integração, os países desta região ainda estavam sob a direção da ditadura colonial, entretanto, estes fatores por si só, não são suficientes para justificar o lento avanço nas questões integracionista na AO. Dito de outro modo, outras questões têm que ser adicionadas a essa problemática e entre elas, estão às medidas aplicadas sem rigor

científico, motivada em parte pela carência de conhecimento e implementação e arranjos defeituosos de Políticas Nacionais de Desenvolvimento.

Egoscozábal (2007) comenta que a maior parte de iniciativas de integração regional que surgiram no contexto da descolonização teve um escasso desenvolvimento e entre as causas estão: (i) o estabelecimento como prioridade da construção de Estado-nação acima de estabelecimentos de laços de cooperação com outros países; (ii) a vontade política de não cessão de soberania em temas considerados fundamentais como desenvolvimento, segurança nacional, prestígio etc.; (iii) heterogeneidade política entre os países cujas pautas ideológicas marcavam diferentes políticas econômicas; (iv) a divisão entre os próprios países africanos, como consequência dos diferentes acordos com os países ocidentais.

Depois de um começo tumultuoso e estático em relação à década passada, as trocas comerciais na África Ocidental têm vindo aumentar sua percentagem, muito embora de forma muito tímida como já referido anteriormente. A tabela 5, que traz os dados das trocas comerciais entre os diversos blocos regionais, nos corrobora essa idéia. Segundo Banco Mundial (2007), em 1970, a percentagem de trocas comerciais entre os países da África Ocidental era de 2,9% e na atualidade essa cifra alcança os 13% entre os membros de CEDEAO e 14% para os países da UEMOA.

Tabela 5. Comércio entre os blocos regionais da África Ocidental em comparação com outras regiões (% das exportações totais)

Blocos/Ano	2002	2004	2005	2006	2007	2008
CEDEAO	11,1%	11,7	11,9%	10,4%	10,8%	12%
UEMOA	12,6%	11%	12%	12,2%	12,4%	14%
CEEAC	1,3%	n.d	n.d	1,4%	n.d	n.d
CEMAC	1.3%	n.d	2.0%	4%	n.d	n.d
SADC	12,6%	11%	12%	12,2%	n.d	14%

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de CEDEAO e UEMOA

Nota: CEMAC- Comunidade Econômica e Monetária da África Austral, COMESA – Mercado comum da África Orienta e Austral, CEEAC- Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central, SADC- Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.

Ainda a Tabela 5 nos permite ver que tanto a CEDEAO como a UEMOA são dois dos blocos africanos que conseguiram manter a percentagem e ritmo constante de comércio intra-bloco acima dos 10%. Portanto, em comparação com outras regiões, resulta evidente que a África Ocidental está mais avançada nesse aspecto com exceção da SADC, que desde a entrada da África do Sul, vem aumentando paulatinamente e de forma estável os intercâmbios comerciais. São essas baixíssimas percentagens de trocas comerciais que induzem aos críticos ocidentais a catalogarem de fracassadas as integrações africanas. No entanto, analisando todas as adversidades e a especificidade da região, esse aumento resulta ser muito significativo e importante (Adetula, 2004).

Pergunta-se porque a escassa troca comercial? A preferência de maior troca comercial com as grandes potências ocidentais pode ser encontrada em que ainda continua persistindo uma forte ligação com as ex-metrópoles ademais, não existe uma consciência generalizada no seio da população e dos governos sobre os verdadeiros objetivos da integração. Paralelamente, a questão da dívida externa esta desestabilizando as verdadeiras intenções das trocas regionais entre os membros dos blocos. Neste sentido, Toussaint e Millet (2006) comentam que muitas vezes, resulta mais estratégico comercializar com os países industrializados, até porque algumas medidas discriminatórias e ditatórias do FMI/BM obrigam estes países usar os empréstimos recebidos para cancelar as dívidas, que majoritariamente são contraídas com as empresas ou governos ocidentais.

Na questão de medir o desempenho da cooperação regional e integração, a União Africana e Comissão Econômica das Nações Unidas para África (ECA) fizeram um amplo estudo sobre o tema e depois publicaram as respostas através de uma serie de publicações denominadas: ARIA I, ARIA II, ARIA III (ECA, 2006). Para esta importante instituição africana, nestas publicações são analisados e apresentados os progressos dos processos integracionistas de forma geral e também por setores

específicos conforme a visão da União Africana, assim como os obstáculos que impossibilitaram mais avanços. Algumas das conclusões de estas publicações indicam que escassa liberalização de comércio é explicada pela resistência de alguns países membros na hora de aplicar o plano harmonizado de eliminação de tarifas (CODERSIA, 2009).

Para a União Africana (2008), também convém destacar a fragilidade das infraestruturas¹⁴, sobretudo a insuficiência das redes de comunicação e o alto custo de transporte, na explicação do pouco dinamismo de trocas comerciais na região. Finalmente, se menciona o aumento do “efeito spagueti¹⁵” mediante a multiplicidade de organizações e mecanismos criados com este fim, que se justapõem e dissipam os esforços dos escassos recursos, complica ainda mais os trabalhos da harmonização e coordenação de políticas; isto porque em media, todos os países da região pertencem a dois ou mais agrupamentos regionais.

8. Considerações finais

A integração regional na África Ocidental caracteriza-se pela associação formal de países geograficamente próximos e uma forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. Todos os países da AO com a exceção da Mauritânia fazem parte da CEDEAO. Atualmente, os governos locais ao contrário do passado, apostam fortemente no fenômeno da integração e o mesmo é visto como uma das vias para o desenvolvimento.

Até poucos anos atrás, muitos países da região não dispunham de bancos e os sistemas financeiros de forma isolados eram muito precários. Atualmente, as reformas econômicas regionais no seu conjunto se complementaram com mudanças especificamente orientadas a melhorar o funcionamento do sistema financeiro e

¹⁴ Na África Subsaariana somente 13% das estradas estão pavimentadas, sendo que o transporte via estradas (terrestre) constitui o principal meio usado nas relações comerciais.

¹⁵ Efeito *Spaguetti bowl*, termo acunhado pelo professor Bhagwati, referendo a forma ineficiente que teriam os produtos semi-processados de movimentarem através das redes de acordos regionais, tratando de encontrar acesso ao mercado final a preços mais baixos.

econômico permitindo sua modernização que trouxe como conseqüências um incremento da circulação de quase dinheiro no sentido amplo.

O estabelecimento da moeda única (Franco CFA) e um Banco Central (BCEAO) nos países da UEMOA que permite a coordenação conjunta das políticas monetárias, fiscais e cambias da união, constitui um aspecto muito importante a ter em conta. Igualmente, para os países da ZMAO, já existe um banco central único muito embora ainda não iniciasse seu funcionamento.

O sistema financeiro da AO conta ademais com a existência de muitos bancos comerciais, permitindo desta forma, maior acesso ao financiamento, sobretudo, para a população rural. Esse maior acesso ao financiamento permitiu a concretização de vários empreendimentos, que na realidade vem agregando mais empregos e melhoras de níveis de vida. O BOAD, que representa a instituição que financia os projetos destinados para promover o desenvolvimento dos países da região, sobretudo nos projetos para a melhora de infraestruturas como barragens hidroelétricas, linhas ferroviárias, construção e pavimentação de estradas construções de escolas e hospitais, vem realizando atividades dignas de louvar.

Também a existência de uma Tarifa Exterior Comum aplicado a todas as mercadorias provenientes do exterior, fornece o uso de instrumentos à concorrência desleal dada às importações dos produtos agrícolas e alimentares, conseqüência do elevado subsídio dos países desenvolvidos. Por outra parte, a existência de uma política agrícola comum (PAC) que permite os agricultores locais, discutir seus problemas de forma conjunta, fortalece ainda mais suas aspirações e interesses coletivos.

A África Ocidental é sem duvida é a região africana que mais tem avançado com respeito à liberdade de movimentos de pessoas, num espaço sócio-cultural que se caracteriza por uma mobilidade transnacional. No entanto, estes ligeiros logros não devem esconder as inúmeras lacunas existentes nesta região sendo que grande parte de sua população enfrenta problemas de pobreza.

Neste sentido, seus governos devem continuar a criar instituições credíveis e fortes, cumprir sua responsabilidade, sobretudo na questão democrática e prevenção de conflitos (Guiné-Bissau e Costa do Marfim). No âmbito externo, um dos desafios

importante é sem dúvida melhorar a capacidade de diálogo e negociação nos eventos internacionais. Em suma, devem ser criadas regras do jogo que influenciam o desenvolvimento regional, melhorando as infra-estruturas e continuar o processo da convergência nos mecanismos regulatórios.

Conclui-se a partir destas reflexões, que independentemente das estatísticas da região em termos de comércio não apresentar cifras comparáveis com outras regiões, apesar de todos os problemas de pobreza e subdesenvolvimento enfrentado pela sua população, e mesmo que a integração regional na AO não siga os padrões ocidentais, o estabelecimento de uma união monetária já em funcionamento e outra por funcionar numa zona sem condições mínimas por si só, é um êxito, opondo desta forma algumas críticas da literatura ocidental que sempre catalogam de fracassadas as integrações africanas. Ademais, alguns dados estatísticos demonstram que mesmo de forma tímida, os indicadores da região estão melhorando continuamente em diversos sectores.

REFERÊNCIAS

ADETULA, Victor A. regional integration in Africa: prospect for closer cooperation between West, East and Southern Africa. *IDASA/FREDSKORPSET* Research Exchange Program Governance and Democracy. Johannesburg; May, 2004.

ARYEETAY, Ernest. Regional Integration in West Africa. Research programme on: Integration and Co-operation in Sub-Saharan Africa. *OECD Development Center*. Working Paper No. 170, March, 2001.

BADI, Mbuyi K. *Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África: problemas e perspectivas*. Tesis Doctoral. Facultad de Ciencias Políticas, Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense. Madrid, 1992.

_____. Neoliberalismo, *África*. Setembro, 2002.

BANCO MUNDIAL. Integração Regional em África. Notas de antecedentes para reunião de consultas sobre integração regional. *Banco Mundial*, 2007.

BELASSA, Bela. *Teoria de Integração Econômica*. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

- BALOGUN, Emmanuel D. Determinants of West African Monetary Zone (WAMZ) countries global export trade: do foreign reserves and independent exchange rates matter? *MPRA- Munich Personal RePEc Archive*, Paper N° 12929, January, 2009.
- CNUCED. Le développement Economique en Afrique: Rapport 2009-Renforcer l'intégration économique régionale pour le développement de l'Afrique. *Conférence des nations unies sur le commerce et le développement*, 2009.
- CODERSIA. Consolidation et renouveau de la Recherche Sociale em Africa : Document du plan stratégique pour la période 2007-2011. *Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique*, 2009.
- DE LA VEGA, L. *Actores Regionales y Subregionales en África Subsahariana: socios y líneas de trabajo potenciales para la cooperación española*. Madrid: Fundación Carolina – CeALCI, 2007.
- ECA. Análise Regional de Financiamento e Desenvolvimento: Perspectivas dos Países Africanos no Consenso de Monterrey. Addis Abeba, *Comissão Econômica das Nações Unidas para África*, 2008.
- ECA/AFRICAN UNION. Assessing regional integration in Africa II. Rationalizing Regional Economic Communities. *Economic Commission for Africa*. Addis Ababa, 2006.
- EGOSCOZABAL, Ainhoa. *Regionalismo, globalización e pobreza: alternativas para el desarrollo de los países africanos*. Madrid, IX Reunión de Economía Mundial, 2007. Disponível em: <http://www.uam.es/otros/ixrem/11-Marin.pdf> . Acesso em: 20 de Out, 2010.
- FERNANDES, Joel. *A Integração Econômica como Estratégia para o desenvolvimento econômico na África Ocidental*. Dissertação apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Abril, 2007.
- FERNANDES, Lito N. Las Raíces Históricas del Atraso Económico en África Subsahariana. *Textos de Economía*. Florianópolis, v.11, n.1, p.11-38, 2008.
- FREITAS, M^a Cristina; PRATES, Daniela. As restrições das novas regras do Comitê de Basileia sobre as condições de financiamento dos países periféricos. *Econ. Ensaios, Uberlândia*, vol.15, n.2, p. 59-93, 2001.
- FILHO, Pio. Integração Econômica no continente africano: ECOWAS e SADC. Cena internacional. *Revista de Análise em Política internacional*, vol.2, n.2, 2000.

- GILPIN, Robert. *Global Political Economy-Understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton University Press, 200.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Paris: Publicações Europa América, 1972.
- _____. Governança Mundial. El marco histórico de la gobernanza en África. *Caravana: para un mundo responsable, plural y solidario*, n. 6, 2000.
- NKRUMAH, Kwame. *África deve unir-se*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- OCAMPO, J.A. La cooperación financiera: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, José Antonio (org). *Cooperación financiera regional*. Libros de la CEPAL No91. Santiago de Chile: ECLAC, 2006, p 13-55.
- PLUNLETT, Daniel. CEDEAO: Fase de negociação da Tarifa Exterior Comum. *AIRD- Associates for International Resources and Development*, September, 2006.
- RIBEIRO, Luiz D. Da conquista européia à descolonização. In: VISENTINI, Paulo F; RIBEIRO, Luiz D; PEREIRA, Analúcia D (Orgs). *Breve Historia da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.
- TORRENT, Ramón. Una aproximación a la anatomía del MERCOSUR real. *Red Mercosur*, 2006. Disponível em: <http://www.redmercosur.org.uy/?q=node/57>. Acesso em: 30 Dezembro de 2010.
- UEMOA. Rapport Annuele de la comission sur le fonctionnement et l'évolution de l'union. *Union Economique et monetaire Ouest Africaine*, 2006.
- _____. Rapport Semestriel d'execution de la Surveillance Multilaterale. *Union Economique et monetaire Ouest Africaine*, 2009.
- _____. Regional Economic Program (REP) 2006-2010: Summary Report. *West African Economic and Monetary Union*, 2006.
- UNIÃO AFRICANA. *Relatório de estudo de viabilidade sobre criação de bolsa Pan-africana de valores*. Departamento de assuntos econômicos, 2008.
- WAMI. Annual report for the tear ended 31st December 2008. *West African Monetary Institute*. Accra, 2009.
- WAMI/IMAO. Macroeconomic development and convergence report for the firs half of 2003. *West African Monetary Institute*. Accra, August, 2003.



ZOCTIZOUM, Yarisse. *Histoire de la Centrafrique: Les diamants de la Trahison*. Paris : Pharos, 2006.

Artigo recebido dia 02 de Outubro de 2011. Aprovado em 27 de Outubro de 2011.

RESUMO

Os blocos econômicos regionais estão sendo na atualidade instrumentos importantes na luta contra a pobreza, subdesenvolvimento e inserção na economia global e a África Ocidental (AO) apresenta como uma das regiões mais interessadas. Consciente desta realidade, o artigo trabalha com a hipótese de a integração ser a condição *sine qua non* mesmo que insuficiente para o desenvolvimento da região. O objetivo é demonstrar as diversas iniciativas integracionistas na AO, os logros obtidos apesar da especificidade da região, assim como as adversidades e obstáculos encontrados. Conclui-se que apesar dos problemas e mesmo que essa integração não siga os padrões ocidentais, o estabelecimento de uma união monetária numa zona sem condições mínimas por si só, é um êxito, opondo desta forma as críticas da literatura ocidental que quase sempre catalogam de fracassadas as integrações africanas.

PALAVRA-CHAVE

Integração regional, África Ocidental, desenvolvimento, ocidente.

ABSTRACT

The regional economic blocs are today important tools in the fight against poverty, underdevelopment and the global economy and integration in West Africa (WA) presents one of the regions most affected. Aware of this reality, the article deals with the hypothesis that integration is the condition *sine qua non* even if insufficient for the development of WA. The objective is to demonstrate the various integrationist initiatives in WA, the achievements obtained despite the specificity of the region, as well as the odds and obstacles encountered. We conclude that despite all the problems and even if such integration does not follow Western standards, the establishment of a monetary union without a minimum area itself is a success, some critics oppose this form of Western literature ever catalog failures of the African integration.

KEY-WORDS

Regional integration, Western Africa, development, Western Countries.

O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES SUL-SUL: ESTRATÉGIA E REALIDADE PARA OS PAÍSES EMERGENTES

Strengthening of South-South Relations: Strategy and
Reality for Emerging Countries

Diego Pautasso¹

Introdução

São inúmeros os autores, e de diferentes perspectivas teóricas, a reconhecer o notável reordenamento de poder pelo qual o mundo vem passando (ARRIGHI, 2008; TODD, 2003; VIZENTINI & WIESEBRON, 2006; ZAKARIA, 2008; WALLERSTEIN, 2004; FIORI, 2010). As dúvidas não recaem sobre se há reordenamento, mas sim sobre a velocidade, o nível de violência e as formas de poder resultantes da transição sistêmica em curso. Ressalte-se, dessa forma, que discutir as relações Sul-Sul é, inexoravelmente, refletir sobre a dinâmica de poder dos EUA e do conjunto de recursos de poder de que este país dispõe para exercer sua atuação internacional.

A questão abordada nesse artigo segue a premissa levantada por Arrighi (2008) de que o início do século XXI expôs as vulnerabilidades econômicas e militares dos EUA, encerrando sua *belle époque* da década anterior e projetando o poder da Ásia Oriental, especialmente da China. O argumento central por nós proposto é que, mais do que a Ásia Oriental e a China, as novas configurações de poder terão no seu núcleo também outros grandes países emergentes da periferia, incluindo Brasil, Índia e África do Sul. E mais: o fortalecimento das relações Sul-Sul tem sido justamente o que, de um

¹ É doutor e mestre em Ciência Política e graduado em Geografia pela UFRGS. Atualmente é professor de Relações Internacionais da ESPM e pesquisador integrante do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS). dpautasso@espm.br

lado, projeta os países emergentes e, de outro, dilui o poder dos países centrais, tornando o sistema internacional mais complexo e acelerando a transição de poder.

Nesse sentido, o trabalho foi organizado em duas partes: na primeira, discorremos sobre os fatores estruturais do reordenamento do poder, destacando tanto as contradições do poder norte-americano quanto a emergência de novos poderes; e na segunda, sustentamos o argumento central deste trabalho, de que os países emergentes e as relações Sul-Sul são um dos resultados e uma das causas da transição de poder. Para tanto, os países emergentes têm transformado esta nova realidade da interação Sul-Sul numa estratégia para consolidar suas posições na atual ordem mundial.

1. O reordenamento internacional e os países emergentes

A década de 1970 representou um ponto de viragem para as relações internacionais contemporâneas. Este ponto sinalizou o início de um complexo reordenamento de poder com as características que são padrão nos períodos de transição sistêmica. Aquilo que Arrighi & Silver (2001, p. 45) chamam de “aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema” significa a tendência à intensificação da competição entre suas unidades, evidenciando os processos de perda de vantagens competitivas da nação hegemônica, de intensificação das rivalidades interestatais e de surgimento de novas configurações de poder. Na atualidade, tais processos têm sua expressão máxima na estratégia expansionista dos EUA, na multiplicação de Estados soberanos e no crescimento vertiginoso de novos polos de poder (FIORI, 2010, p. 5), com destaque para China, Brasil e Índia. Estes elementos conceituais permitem estabelecer analogias e extrair das conjunturas históricas os indícios para compreender as atuais transformações sistêmicas.

A base desse reordenamento do sistema internacional encontra-se na crise dos anos 1970. No plano econômico, o fim do padrão dólar-ouro e as crises petrolíferas impulsionaram uma ampla reestruturação do sistema capitalista, em todas as suas dimensões (HARVEY, 1992).² No plano político, as revoluções na periferia

² Para Harvey (2002) a reestruturação do sistema capitalista significa a superação da acumulação fordista pela flexível. Trata-se de um processo que inclui uma revolução tecnológica, uma nova divisão do

desencadearam a reação neoconservadora dos EUA com a estratégia militar e diplomática da Nova Guerra Fria de Reagan, seguida da ofensiva da nova direita e sua agenda neoliberal. O resultando foi a desintegração da URSS, o final da Guerra Fria e a crise do socialismo (VIZENTINI, 2003, vol. II, cap. 7).

Com efeito, o fim da bipolaridade acelerou o reordenamento mundial, expondo as incertezas ligadas ao errático projeto expansionista dos EUA e ao caráter ainda embrionário do novo ordenamento de forças no mundo (HOBSBAWN, 1995, p. 251). Este contexto proporcionou, sobretudo à elite norte-americana, a falsa percepção de que seria viável a consolidação de um sistema internacional unipolar. Para tanto, os EUA projetaram um ciclo de expansão de seu poder em âmbito mundial, de um lado, com a intensificação de intervenções militares e diplomáticas, em especial nas áreas estratégicas do Oriente Médio e do entorno da Rússia. De outro, com a imposição de seus interesses econômicos a partir das políticas definidas pelo Consenso de Washington e viabilizadas pelas instituições multilaterais (FMI, BIRD e OMC) e pelo poder do dólar.

Na década posterior à reação neoconservadora dos anos 1980, os EUA experimentaram sua *belle époque*. O discurso da “globalização neoliberal”, que legitimou parte da expansão norte-americana ao difundir a crença em mercados supranacionais desregulados e no predomínio de instituições internacionais, sucumbiu rapidamente diante de suas próprias contradições. Em outras palavras, as crises financeiras (1997-98-99), o precário desempenho das reformas e o incremento da problemática social desestabilizaram os governos, forçando a construção de novos arranjos políticos.³ O Projeto para o Novo Século Norte-Americano, a vitória do governo Bush filho e os atentados de 11 de setembro de 2001 têm acelerado o

trabalho e uma produção toyotista, com impactos sobre a ascensão de formas culturais pós-modernas e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo.

³ É elucidativo o desempenho na América Latina de governos que adotaram a agenda do Consenso de Washington, tais como Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Salinas de Gortari no México, Sánchez Losada na Bolívia, Carlos Perez na Venezuela, etc. Não só se aprofundou a vulnerabilidade econômica (endividamento, déficits comerciais, baixo crescimento econômico, etc.), como o efeito das políticas recessivas agudizou crises sociais e políticas. Ao contrário, nos países desenvolvidos, a reação neoconservadora não implicou na redução do protecionismo nem do suporte estatal, até porque coincidiu com a intensificação da competição entre estes países.

surgimento de novas configurações de poder, enquanto os EUA oscilam entre demonstrações, a um só tempo, de força e de fraqueza.

O fato é que a história retomou seu curso e o século XXI assiste ao retorno da guerra e do cálculo geopolítico ao coração do sistema internacional. O que ocorre atualmente é que a alteração no balanço de poder tem redimensionado as rivalidades entre os Estados na disputa pela imposição de seu poder financeiro (moeda, crédito, etc.), produtivo (comércio, domínio tecnológico, etc.), político-militar (instituições, capacidade destrutiva, etc.) e cultural (informação, ideais, etc.). Em outras palavras: o sistema internacional contemporâneo reproduz o seu padrão histórico, isto é, conforma-se como resultado da expansão dos Estados nacionais vitoriosos por meio do intenso uso dos recursos de poder, incluindo a força⁴ (FIORI, 2010, p. 7-13; ARRIGHI, 2008, p. 175).

São justamente estas rivalidades que produzem desdobramentos sobre o reordenamento de poder em curso. Primeiro, as estruturas hegemônicas de poder⁵ (e o Estado que está em seu núcleo, os EUA) perdem parte da legitimidade e da eficácia face às transformações globais. No campo militar, os EUA se deparam com um poder militar superdimensionado para a defesa nacional, mas que é insuficiente para impor seus interesses através do recurso à força em todas as regiões. No campo ideológico-cultural, o universalismo norte-americano está em declínio, perceptível pela desigualdade doméstica crescente, pelo retorno da obsessão racial e pela violência em expansão. No campo econômico, a perda de competitividade, a financeirização (crescimento da economia financeira em face da economia real), a vulnerabilidade energética e o endividamento aumentam a dependência de recursos externos (TODD, 2003, p. 98; 144;

⁴ Como bem destaca Fiori (2010, p. 14), a complementaridade econômica nunca impediu a preparação para a guerra e o próprio efetivo uso da força, pelo contrário, esta sempre foi uma peça essencial da competição.

⁵ Segundo Guimarães, este conceito é mais apropriado para abarcar os complexos mecanismos de dominação, pois não se restringe a um país. As estruturas hegemônicas referem-se a diversos “vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas no âmago destas estruturas, estão sempre Estados nacionais (2000, p. 28)”.

161).⁶ No campo diplomático, a pretensão de acumular poder diante dessas dificuldades faz com que violem as próprias instituições por eles criadas para ordenar o sistema (FIORI, 2010, p. 7).

É ilustrativo que as intervenções em Estados frágeis no Grande Oriente Médio, especialmente Afeganistão, Iraque e Líbia, tenham a combinação de violação das instituições multilaterais, baixo grau de respaldo da comunidade internacional, insucesso militar, endividamento norte-americano e perda de controle da situação política. Como exemplo, cabe destacar o fortalecimento da região e dos grupos xiitas, a incapacidade de lidar com as mudanças irradiadas pela Primavera Árabe, o desconforto russo-europeu-chinês pela ingerência norte-americana (e da OTAN) em suas imediações estratégicas no Leste Europeu, Cáucaso e Ásia Central e a própria crise financeira euro-americana (2008-11). É nesse sentido que as demonstrações de força da política norte-americana evidenciam suas fraquezas em múltiplas dimensões: fragilizam os princípios do direito internacional através de rede de prisões e outras práticas arbitrárias (GÓMEZ, 2008); imobilizam as práticas multilaterais ao desrespeitar normas da própria ONU; impulsionam sistemas de alianças alternativos e novos líderes, como é o caso da OCS e da China; e desgastam a imagem internacional dos EUA com práticas domésticas autoritárias, das restrições aos direitos civis à concessão de poderes absolutos ao presidente.

Segundo, o expansionismo do poder dos EUA fez com que os países periféricos buscassem construir e/ou reforçar suas capacidades estatais. Por um lado, ocorreu a retomada dos projetos nacionais de desenvolvimento como resposta às crises sociais e políticas que emergiram no contexto das reformas neoliberais. Estas reformas tiveram o efeito de rapidamente rearticular os movimentos sociais, trazendo de volta à cena política forças de centro-esquerda que se voltam para a recuperação do papel do Estado como promotor do desenvolvimento com inclusão social, como atestam as

⁶ Na Europa o cenário não é muito diferente: profunda crise financeira, recrudescimento da xenofobia, perda de dinamismo econômico, estagnação demográfica e esgaçamento do tecido político. No Japão, as dificuldades para superar o precário desempenho econômico de mais de duas décadas se ampliaram com o Tsunami de 2011. Resta saber como tais processos contribuem para o desenrolar destas transformações globais.

experiências de governos na América Latina e África.⁷ Por outro, as ameaças à soberania impulsionaram novos mecanismos de integração e consulta multilaterais no âmbito Sul-Sul, bem como a recuperação do poder militar defensivo. Isto deve-se ao alargamento da agenda de segurança internacional, que ampliou o arbítrio das grandes potências ocidentais a partir de estratégias de intervenção assentadas em conceitos como “intervenção humanitária”, “ataque preventivo”, “soberania limitada” e “direito de proteger”. Ou seja, de forma aberta ou evocando princípios do direito internacional, o fato é que a violação da soberania e o uso da força assumiram novas proporções. E, conforme Losurdo (2006, p. 152), estes conceitos encerram, nas ações externas dos EUA, a unidade indissolúvel entre interesses materiais e interesses geopolíticos com concepções missionárias.

Terceiro, os países emergentes são justamente a síntese das transformações internacionais, pois representam a alteração no balanço de poder. Embora seja um conceito polissêmico⁸, o conceito de emergente geralmente inclui um dos três fatores: capacidades materiais, uma medida de autopercepção e o reconhecimento de outros Estados, em especial das grandes potências (LIMA, 2005, p. 24). São países que têm experimentado um aumento de seus recursos de poder (comercial, financeiro, diplomático, militar), ocasionando capacidade e legitimidade de contribuir para a gestão do sistema internacional (HURRELL, 2009). Nesse sentido, consideramos que a definição não pode se restringir a levantamentos estatísticos, embora capacidade material seja primordial; e não pode se limitar a “país em desenvolvimento”, pois, mais do que renda per capita, envolve recursos de poder e inserção regional-global.⁹

2. As relações Sul-Sul como estratégia e realidade

A dinâmica multipolarização e alteração no balanço de forças no mundo foi desencadeado a partir dos anos 1970, com a reestruturação do capitalismo, a

⁷ Inclusive porque os países que tiveram mais êxito durante as décadas de 1980-90 foram países que já haviam rejeitado as políticas liberalizantes, como China, Índia, velhos e novos Tigres e países nórdicos.

⁸ Como destaca Sennes (2003, p. 17), as terminologias são variadas: países de porte médio, potências regionais, economias emergentes, países semi-periféricos, países recém-industrializado, países intermediários, países em desenvolvimento, etc.

⁹ Para um discussão sobre potências médias, ver Sennes (2003, cap. 1).

consolidação da descolonização afroasiática, a afirmação de novos países industrializados e a lenta perda de dinamismo dos países centrais. Durante os anos 1990, com a expansão dos EUA, forjou-se a impressão de que tal dinâmica havia entrado em hibernação. Contudo, torna-se cada vez mais evidente que o século XXI voltou a consolidar o reordenamento mundial, com o cenário de incertezas e rivalidades que caracteriza o surgimento de novas configurações de poder.

Conforme sugerido no início do artigo, o crescente peso dos chamados países emergentes e o fortalecimento da interação no eixo Sul-Sul são os elementos novos do reordenamento mundial. Por um lado, os países emergentes desenvolvem estratégias voltadas à reafirmação do *status quo*, à preservação da estabilidade internacional e ao fortalecimento das instituições multilaterais. Por outro, os países emergentes também atuam buscando alterar o balanço de poder em seu favor e construir alternativas à concentração de poder no mundo, explorando as vulnerabilidades das estruturas hegemônicas de poder.

As relações Sul-Sul se configuram como um *estratégia* dos países emergentes tanto para estabilizar quanto para reformar o sistema internacional. Esta estratégia de fortalecimento do eixo Sul-Sul não se limita apenas a uma mudança de orientação diplomática de China, Índia, Brasil e África do Sul. Para além disso, é parte de uma *realidade* que reflete um aumento lento e gradual do peso demográfico, político e econômico dos países periféricos em âmbito mundial. E, mais do que buscar novas oportunidades econômicas, trata, sim, de lançar as bases para um mundo que experimenta notável reequilíbrio, tornando-se mais complexo e multipolar.

Na esfera populacional mundial, é evidente uma rápida, embora desigual, transição demográfica nos países periféricos, com redução das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida, acompanhada de uma urbanização e difusão da alfabetização. Como chama a atenção Todd (2003), a transição demográfica tem efeitos profundos sobre as sociedades, pois reflete tanto a mudança das condições materiais quando novas formas de perceber o (e interagir com o) mundo. As desestabilizações sociais e reorganizações políticas e econômicas tendem a criar novas acomodações na periferia do sistema internacional.

Em termos absolutos, há um aumento expressivo do peso populacional dos países periféricos, enquanto os países centrais¹⁰ apresentam uma trajetória de queda acentuada em suas populações. Esta trajetória de queda fez a participação dos países centrais na população mundial despencar de 25% no Pós-Guerra para os atuais 15% (2010), sendo que as estimativas apontam para menos de 10% em 2050. Os dados seriam mais adversos se fossem considerados a crescente participação de populações imigrantes nestes países e seu crescimento vegetativo. Só para ilustrar, já em 2016 a população dos países em desenvolvimento será 6 vezes maior, com cerca de 6,247 bilhões de habitantes contra 1,053 bilhões.¹¹ Esse desequilíbrio já está a se refletir no sistema internacional, uma vez que não se trata apenas de elemento quantitativo, mas da conexão existente entre mudanças demográficas com a criação de mercados, as transições políticas e, conseqüentemente, a alteração do balanço de poder mundial.

Na esfera econômica, é interessante observar a progressiva distribuição das capacidades, pois os países periféricos têm assumido participação inédita na produção mundial, nas reservas financeiras e no comércio, reflexo da reorganização da divisão internacional do trabalho. Com relação à produção de riquezas, os países periféricos aumentaram sua participação de 30,7% para 48,6% do PIB mundial em PPP (poder de paridade de compra) em pouco mais de duas décadas (1990-2011).¹² Isso reflete o fato de que os países emergentes têm liderado o crescimento da economia mundial e afetado profundamente a dinâmica do comércio internacional e dos investimentos, apesar da diferença de modelos de desenvolvimento e de desempenho¹³, cujo destaque evidente tem sido a China.¹⁴

¹⁰ O que chamamos de países centrais são designados como Economias Avançadas pelo FMI e se referem aos seguintes países: Chipre, República Checa, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido, Grécia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, Austrália, Áustria, Bélgica, Malta, Holanda, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Cingapura, Eslováquia, Eslovenia, Suécia, Taiwan, EUA, Canadá, Suíça e Hong Kong.

¹¹ Dados do *Data Mapper* do FMI. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em 27/07/2011.

¹² Dados do *Data Mapper* do FMI, disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>. Acesso em 27/07/2011.

¹³ Ver Comunicado do IPEA n° 86 intitulado *Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS*. Abril de 2011.

¹⁴ Ver Comunicado do IPEA n° 97 intitulado *As transformações estruturais do comércio exterior chinês*. Junho de 2011.

Não chama a atenção apenas o desempenho comercial, mas o aumento da interação no âmbito Sul-Sul. Analisando os países emergentes, em especial China, Índia, Brasil e África do Sul¹⁵, fica evidente a crescente interdependência comercial destes países com os demais países periféricos. Em apenas duas décadas (1990-2010), a fatia do comércio da China com os países periféricos saltou de 15% para 32%; o da Índia, de 25% para 57%; o do Brasil, de 28% para 51%; e o da África do Sul, de 12% para 45%. Isso não evidencia apenas o aumento do comércio dos países emergentes, mas a construção de novas direções para os fluxos comerciais no âmbito Sul-Sul. Parte dessas mudanças devem-se, de um lado, ao fato de os países centrais terem ampliado o protecionismo e o comércio intrabloco (União Europeia), bem como apresentando desempenho econômico-comercial pouco dinâmico ou pontilhado de crises; de outro, em razão de os países periféricos revelarem dinamismo comercial superior, favorecidos pela valorização das commodities, assim como pelo aprofundamento dos processos de integração regionais que se desenvolveram na África, na América Latina e na Ásia.

Figura 1 - Comércio dos Emergentes em 1990

(bilhões de dólares)

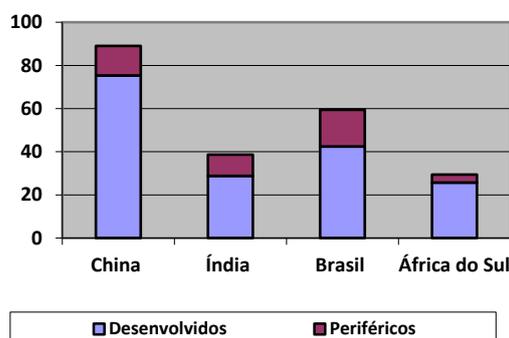
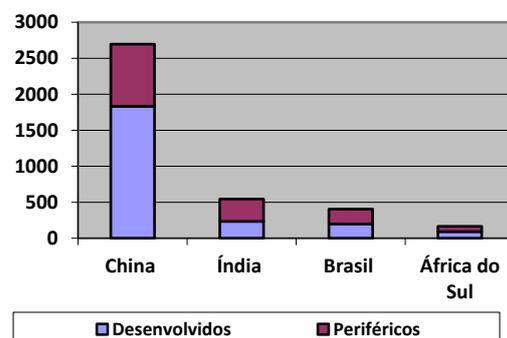


Figura 2 - Comércio dos Emergentes em 2010

(bilhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelo autor. Euromonitor, 2011.

¹⁵ A Rússia não foi incluída porque embora seja um país de poder intermediário (devido ao colapso da URSS), seu poder não está emergindo, como destacou *Macfarlane (2009)*.

No mesmo sentido, tem sido crescente a capacidade financeira desses países, embora os países centrais ainda dominem o sistema de Bretton Woods e outros instrumentos financeiros. Para ilustrar, apenas Japão e Alemanha figuram nas dez maiores reservas atuais, enquanto o restante é composto de China (Taiwan e Hong Kong), Rússia, Coreia do Sul, Índia, Brasil e Cingapura.¹⁶ Esta capacidade se traduz no aumento do investimento estrangeiro e na atuação relevante das corporações dos países emergentes no mercado mundial, embora a agressividade maior também seja chinesa.¹⁷

No entanto, desde a crise de 2008, tem ficado evidente uma inversão de tendências: enquanto os países centrais adentraram em substantivas crises, os países emergentes demonstraram capacidade de resistência. O dinamismo do mercado interno, as políticas governamentais de estímulos e a melhor situação macroeconômica (situação fiscal, contas externas, endividamento de empresas e famílias) permitiu que os países emergentes enfrentassem, de uma forma geral, a crise e se recuperassem mais rapidamente.¹⁸ A partir de 2010, os sinais de instabilidade têm novamente seu *locus* principal nos países centrais, como evidenciam a insolvência dos PIIGS¹⁹, a estagnação japonesa e o endividamento dos EUA.²⁰ Como chamam a atenção Arrighi & Silver (2001, p. 42), a expansão financeira tem um impacto contraditório na transição sistêmica: tanto infla o poder, como parece ter sido o caso dos EUA nos anos 1990, quanto aprofunda o conflito e transfere o dinamismo para estruturas emergentes, como parece ser a crise euro-americana atual em contraposição à ascensão do Leste Asiático.

Na esfera político-diplomática, a atuação dos países emergentes possui inúmeros objetivos diante dos organismos e instituições internacionais. Primeiro, buscando a ampliação de seu protagonismo, caso do pleito brasileiro-indiano pela condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Segundo,

¹⁶ Dados do *Data Template on International Reserves and Foreign Currency Liquidity* do FMI. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sta/ir/IRProcessWeb/colist.aspx>. Acesso em 27/07/2011.

¹⁷ Ver Comunicado do IPEA nº 84 intitulado *Internacionalização das empresas chinesas*. Abril de 2011.

¹⁸ Ver *Desdobramentos da crise global: desempenho das economias emergentes*. Disponível em: http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/conjuntura/Desdobramentos_crise_paises_emergentes.pdf. Acesso em 27/07/2011.

¹⁹ Sigla que refere-se a Portugal, a Irlanda, a Itália, a Grécia e a Espanha.

²⁰ No caso dos EUA, mais do que um complexo delicado cenário econômico expresso pela elevação dos patamares de endividamento, há principalmente graves fraturas políticas.

liderando os países periféricos e fortalecendo suas reivindicações políticas, caso da articulação do G20 no âmbito da OMC. Terceiro, tentando evitar a concentração de poder pelo Ocidente e, por extensão, as violações cometidas pelas grandes potências ocidentais nas últimas décadas. Não por acaso, países como Brasil, Índia e China são signatários das principais organizações e convenções internacionais. Por fim, cabe destacar ainda a criação de iniciativas diplomáticas no âmbito Sul-Sul carreadas pelos países emergentes, notadamente o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África (IBAS), a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), a Cúpula América do Sul-África (ASA), o Fórum Índia-África (FIA) e o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

É possível compreender a atuação multilateral destes países emergentes na última década como uma assertividade que corresponde, em grau variado, ao aumento de seus instrumentos de poder. Mais do que retórica, esta atuação diplomática tem ampliado a interdependência com várias regiões do globo a partir de uma *identidade internacional complexa*. Por um lado, buscam ampliar o próprio poder de barganha com os países centrais utilizando-se da equivalência de poder alcançada em alguns campos, incluindo tecnologia de ponta em alguns setores e mesmo poderio militar. Por outro, atuam com protagonismo diante dos países periféricos buscando oportunidades, ao mesmo tempo que possuem trajetórias e problemas de países periféricos, que se estendem das desigualdades sociais até a carência de infraestrutura e serviços públicos.

É esta posição na hierarquia do sistema internacional que confere maior margem de atuação externa para os países emergentes. Estes passam a ser simultaneamente interlocutores cruciais com os países centrais e atores com suficientes instrumentos de poder para promover o relacionamento com países periféricos. Embora os países emergentes tenham trajetórias e objetivos específicos, o que implica poderes assimétricos, competições e contradições em sua interação, o fato é que desenvolvem um eixo alternativo ao histórico padrão Norte-Sul das relações internacionais. E mais importante: apesar das especificidades e da ainda baixa interdependência recíproca, há elementos estruturais semelhantes entre estes países, incluindo a condição de economias continentais dinâmicas, a ambição de alterar o balanço de poder e o interesse pela construção de coalizões com terceiros países (do Sul, sobretudo) capazes de influenciar

o reordenamento mundial.

Em outras palavras, o movimento de fortalecimento das relações Sul-Sul favorece a inserção internacional dos países emergentes, enquanto para os países centrais tal movimento representa a perda relativa de poder. É isso, associado ao aprendizado com a trajetória de outras potências emergentes (Alemanha, Japão) e à necessidade de deslocar os poderes já consolidados (EUA, UE e Japão), que pode auxiliar na compreensão dos diferentes padrões de interação internacional dos países emergentes com as regiões periféricas. Daí a importância, como já destacamos (PAUTASSO, 2009; 2010), de analisar as relações entre China, Índia e Brasil com os países africanos como parte da densificação do eixo Sul-Sul (com especial importância para a interação sino-africana e seu Fórum de Cooperação China-África) e esta como parte central do reordenamento de poder.

Por fim, a se confirmar a premissa de Arrighi & Silver (2001, p. 43) de que os sucessivos ordenamentos mundiais têm tido maior concentração de capacidade organizacional exercida pela estrutura hegemônica, em comparação com a anterior, é crucial avaliar a importância dos países emergentes diante da transição que presenciamos. Não por coincidência são Estados com grande peso territorial e populacional; estão a desenvolver complexas estruturas políticas para lidar com os desafios do desenvolvimento; promovem soluções tecnológicas e organizacionais novas; e, mais importante, são o centro de amplos processos de integração regionais.

Considerações Finais

Não há dúvidas que os EUA desencadearam um ciclo de expansão de seu poder a partir dos anos 1980 e, sobretudo, com o fim da Guerra Fria. É exatamente a forma neoconservadora desta expansão de poder norte-americana que permite dar coerência a eventos aparentemente tão dissociados como a crise de endividamento euro-americana, a onda de xenofobia na Europa, a explosão de violência na Inglaterra e as manifestações em lugares tão distante quanto Chile e Israel. Em outras palavras, este acúmulo de tensões sinaliza o desgaste da estratégia irradiada do Atlântico Norte, bem como indícios de aceleração do reordenamento de poder no mundo.

Em suma, sugerimos que os países emergentes e o eixo Sul-Sul deverão exercer papel central nesta nova configuração de poder. Os países emergentes poderão ser os grandes beneficiados do desafio soviético aos EUA, assim como o poder norte-americano foi o beneficiado do desafio alemão-japonês ao poder britânico. Mais especificamente, os países emergentes têm percebido que é possível e necessário transformar a realidade da interação no âmbito Sul-Sul numa estratégia para inserção internacional e para influenciar o reordenamento mundial. De todo modo, a crise financeira euro-americana e a inserção dos países emergentes serão chaves para desvendar a forma de acomodação do sistema internacional, aí incluídas a velocidade e a violência.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. & SILVER, Beverly. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- FIORI, José. Sistema mundial, América do Sul, África e “potências emergentes”. In: RECIIS. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 1, 2010, pp. 3-18.
- GÓMES, José. Soberania imperial, espaços de exceção e o campo de Guantánamo. Desterritorialização e confinamento na "guerra contra o terror". In: Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 2, 2008, pp. 267-308.
- GUIMARÃES, Samuel. Quinhentos anos de periferia. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/Contraponto, 2000.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In: HURRELL, Andrew et alli. Os BRIC's e a ordem global. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 9-41.

- LIMA, Maria. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. In: RBPI. Brasília, n° 48, 2005, pp. 24-59.
- LOSURDO, Domenico. Liberalismo – entre civilização e barbarie. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- PAUTASSO, Diego. A política externa chinesa e a 4ª Conferência do Fórum de Cooperação China-África-2009. In: Meridiano 47 (UnB), v. 112, pp. 18-20, 2009.
- _____. A África no comércio internacional do Grupo BRIC. In: Meridiano 47 (UnB). v.120, 2010, pp. 54-59.
- SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- TODD, Emmanuel. Depois do Império. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VIZENTINI, Paulo. Geopolítica e conflitos contemporâneos. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.
- _____. & WIESEBRON, Marianne (Org.). Neohegemonia americana ou multipolaridade? Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Artigo recebido dia 17 de Agosto de 2011. Aprovado em 16 de Outubro de 2011.

RESUMO

O presente artigo aborda o papel do relacionamento Sul-Sul para as relações internacionais contemporâneas. O argumento central é que o processo de intensificação da interação Sul-Sul se configura como uma realidade e uma estratégia para os países emergentes. Este processo é central para compreender o atual transição de poder no mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Sul-Sul; Países Emergentes; Transição de Poder

ABSTRACT

This article addresses the role of South-South relations to contemporary international politics. The main argument is that the intensification of South-South interaction configures both a reality and a strategy for developing countries. This process is central to understanding the current transition of power in the world.

KEYWORDS

South-South Relations; Emerging Countries; Power Transition

O FÓRUM QUADRILATERAL E OS NOVOS CAMINHOS PARA A REGIONALIZAÇÃO NA ÁSIA CENTRAL E MERIDIONAL

The Quadrilateral Summit and the new paths to
regionalization in Central and Southern Asia

José Miguel Quedi Martins¹
Cassiana Borilli²
Edson J. Neves Jr³
Larleciane Piccolli⁴

Introdução

Este artigo trata da formação do Fórum Quadrilateral (Afeganistão, Paquistão, Rússia e Tadjiquistão), criado através das Cúpulas de Dushanbe (2009) e Sochi (2010). Elas marcam tanto a volta da Rússia como ator de peso no “Grande Jogo” no sul e centro da Ásia quanto a afirmação de um novo tipo de regionalização baseada na cooperação “Sul-Sul”.

O “retorno” da Rússia não se dá no contexto de uma mera expansão imperial como nos marcos do século XIX, mas no âmbito do desenvolvimento de estratégias e parcerias de cooperação entre países emergentes suscitado após a crise de 2008. Trata-se de importante ponto de inflexão na diplomacia regional, até então caracterizada por divergências e pela busca de parcerias extrarregionais, e que agora passa a contar com uma agenda que contém expressivos elementos de consenso, exemplificados na regionalização.

¹Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade América Latina/Montserrat.

³ Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais, Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em História, todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁴ Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade América Latina/Montserrat, e Bacharel em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS)

A iniciativa cresce em importância se considerados o ritmo da retirada estadunidense da região e as graves pressões econômicas pelas quais passa aquele país. Trata-se de um arranjo que envolve, para além da segurança (terrorismo e narcotráfico), a infraestrutura, e a governança regional com a possível inclusão do talibã no governo afegão. Nesta perspectiva o concerto em Dushanbe/Sochi tem grande importância também para os Estados Unidos. Resta saber até onde a presença da Rússia no centro e sul da Ásia poderá ser percebida como um contraponto à forte presença chinesa, robustecida por suas redes viárias que constituem versão parcial da denominada “Nova Rota da Seda” (STAR & KUCHINS, 2010). Apesar de ausente, desde logo pode se considerar a Índia como uma das maiores beneficiárias da iniciativa: obtém ganhos econômicos com o TAPI (Turcomenistão, Afeganistão, Paquistão e Índia), de segurança (combate à insurgência *pashtun* no Afeganistão e Paquistão) e posiciona-se discretamente para tornar-se a potência regional fiadora da integração no sul e centro da Ásia.

Ainda é muito cedo para saber qual será o papel do quarteto no centro-sul da Ásia. Contudo, o simples fato de articular duas regiões, três processos de integração (ECO, SAARC e EurAsEC⁵), além dos interesses da Rússia, Estados Unidos, China e Índia, parece bastar para observar com atenção como os atuais acontecimentos influenciarão os desdobramentos futuros.

⁵ **ECO** – Economic Cooperation Organization. Organização de cooperação regional composta por dez países: Afeganistão, Azerbaijão, Irã, Cazaquistão, Quirguistão, Paquistão, Tadjiquistão, Turquia, Turcomenistão e Uzbequistão.

SAARC – South Asian Association for Regional Cooperation. Organização de integração regional do Sul da Ásia: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka.

EurAsEC – Eurasian Economic Community. Organização de cooperação econômica e integração dos países da ex-URSS: Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão.

1. O Fórum Quadrilateral em Dushanbe e Sochi

Mapa 1 – Países participantes do Fórum Quadrilateral.



Adaptado de: PERRY-CASTAÑEDA LIBRARY MAP COLLECTION, 2008a. (Domínio Público)

O Fórum Quadrilateral, composto por Tadjiquistão, Rússia, Afeganistão e Paquistão (ver **Mapa 1**), reuniu-se pela primeira vez em Dushanbe (2009), e posteriormente em Sochi (2010). Seus principais propósitos eram discutir questões como o tráfico de drogas, a guerra ao terror e as suas implicações para a segurança regional, bem como, iniciar um processo de construção de infraestrutura energética regional para incremento do comércio. Um elemento adicional, catalisador desta ação coletiva na condução das reuniões, é a porosidade das fronteiras entre os países da Ásia

do Sul e Central que permite passagem às drogas e aos grupos terroristas (PURUSHOTTAM, 2010:3).

O governo do Tadjiquistão objetivava através de sua iniciativa suplantar a projeção iraniana em termos de influência política na região, isto porque Teerã promoveu reuniões trilaterais, potencialmente concorrentes, com o Afeganistão e Tadjiquistão em 2007 (EPAA, 2007:online), e posteriormente, com o Afeganistão e Paquistão em 2009 (GONCHAROV, 2009:online) para discussão do problema afegão. Também era preocupação do governo tadjique tornar mais eficiente o monitoramento dos cerca de 1.400 km de fronteira com o Afeganistão, que é corredor para o tráfico de drogas e para a circulação e articulação de grupos terroristas. Outra intenção do governo do Tadjiquistão foi buscar parcerias para seus projetos de infraestrutura e recuperação econômica, dada a crise econômica que assola o país desde 2008.

A Rússia, por seu turno, aceitou o convite tadjique de fazer parte do encontro porque, desde o governo de Vladimir Putin, tem envidado esforços para participar do cenário político regional centro e sul-asiático. Primeiro para manter sua influência na região do “exterior próximo”⁶ (FPC, 2000) frente ao aumento da presença de atores externos como os Estados Unidos. Segundo, em resposta às ameaças percebidas em relação ao aumento do fundamentalismo islâmico e ao tráfico de drogas do Afeganistão⁷. E por último, pela mudança em sua política de segurança em relação ao Afeganistão, do qual Moscou retirou suas tropas em 1989. Para além dos pontos mencionados, o governo de Dmitri Medvedev busca inserir o setor energético russo no mercado asiático, pois se estima que os países da região demandem cerca de 60% de toda energia produzida até 2035 (MUZALEVSKY, 2011:online).

O Paquistão, além da intenção conjunta de combate ao terrorismo, buscou estreitar as relações com o Tadjiquistão para fornecimento de energia. E, ineditamente, Islamabad aproximou-se de Moscou com fins políticos, econômicos e militares,

⁶ O termo exterior próximo se refere aos países membros da CEI – Comunidade dos Estados Independentes, e as demais ex-repúblicas soviéticas. Tal conceito compreende o cenário mais importante para atuação da política externa russa, contextualizado pelo fato de a diplomacia determinar essa zona como sendo vital para seus interesses, agindo de forma a solucionar e prevenir conflitos, vigiar e defender as fronteiras através de uma interação bi e multilateral. Assim, são priorizadas “vinculações econômicas, de infraestrutura, populacionais e geográficas”. (ZHEBIT, 1993, p. 262).

⁷ Cerca de 90% da heroína consumida na Rússia provém do Afeganistão, e ¼ da produção afegã é destinada à Rússia. O governo russo estima que 30 mil pessoas morram por ano devido ao consumo de heroína.

relacionados à transferência de tecnologia e acesso ao mercado russo⁸. O governo paquistanês também tem interesse em fazer parte da iniciativa como forma de aproximação do Afeganistão e para manter a sua influência no país vizinho após 2014, data prevista para a retirada das tropas estadunidenses.

Já o Afeganistão percebeu a possibilidade de criação de parcerias para a estabilização e reconstrução do país e, por isso, diminuiu o tom crítico em relação à Rússia e a alegada herança de instabilidade deixada pelos soviéticos (GONCHAROV, 2009:online). O governo Karzai também amenizou as críticas ao Paquistão, acusado de utilizar grupos para manter a insegurança no país e, em consequência, a influência de Islamabad na política nacional.

No tocante à estabilidade e cooperação regional, destacam-se os projetos de infraestrutura energética e de transportes. A exemplo da linha de transmissão de eletricidade do Central Asia-South Asia 1000 (CASA-1000), com capacidade de 1000 MWh de suprimento anual entre Tadjiquistão, Paquistão e Afeganistão (o **Mapa 2** apresenta o plano de construção de linhas de fornecimento de energia relativo ao CASA-1000). Inclusive, o projeto visa integrar os mercados do Sul e Centro da Ásia e é depositário do interesse russo em financiar US\$500 milhões para a construção da estrutura avaliada em US\$680 milhões, que ainda permanece em análise de viabilidade (RIA NOVOSTI, 2011:online).

Mapa 2 – Projeto CASA-1000.



Fonte: CASA-1000, 2010: online. (Domínio Público)

⁸ Incrementar os laços de amizade com os países da Ásia Central estão entre as prioridades paquistanesas, contudo, requer a consolidação da cooperação com a Rússia (RAHMAN, 2006: 221).

Há também a intenção de construção de uma infraestrutura de transporte (estradas e ferrovias) ligando o Tadjiquistão e o Paquistão através do corredor de Wakhan (ver **Mapa 3**), no noroeste do Afeganistão, e possibilitando o acesso estratégico às águas quentes do Mar Árábico e ao Oceano Índico respectivamente através dos portos de Gwadar e Karachi⁹ (PURUSHOTTAM, 2010:3, JONSON, 2001:95-98).

Os compromissos e interesses tratados em Dushanbe foram reiterados em Sochi. Os países retomaram as iniciativas para instituir uma rota de escoamento, principalmente, de petróleo, gás natural e eletricidade. Também foi proposta uma maior institucionalização e regionalização do combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas. De acordo com Lavrov, os quatro países buscariam incluir estas questões no âmbito da OTSC e da OCX, o que constitui um importante indicador acerca da natureza qualitativa das relações da região (RADYUHIN, 2010:online).

Mapa 3 – Corredor de Wakhan



Adaptado de: PERRY-CASTAÑEDA LIBRARY MAP COLLECTION, 2008b. (Domínio Público)

⁹ Inclusive há a possibilidade de esses portos serem conectados à China através da Estrada Karakorum, já em construção no Passo Khunjerab.

É sintomático que o Ministro de Relações Exteriores da Rússia coloque a OTSC e a OCX em um mesmo plano: assinala a transição da hegemonia tradicional russa na região para uma hegemonia coletiva. Conforme destaca Adam Watson a diferença entre hegemonia e hegemonia coletiva é que nesta última as regras são escritas em conjunto (WATSON, 2004:29, 338, 340). Diferentemente das hegemonias tradicionais as coletivas não comportam áreas de influência exclusiva (WATSON, 2004:336). Contudo, importa notar que “o concerto combina as vantagens da hegemonia com o equilíbrio do poder” (WATSON, 2004:349). Trata-se, pois, de um tipo de arranjo que continua sendo precário e dependente das capacidades dos Estados envolvidos em fazerem valer seus interesses pela força se necessário.

Neste sentido, o de formular laços securitários sem áreas de influência exclusiva, Sochi também se destacou por marcar uma aproximação entre a Rússia e o Paquistão. Após o encontro, ambos os países reafirmaram tratados relacionados às transações econômicas bilaterais, além de acenarem com a possibilidade de projetos conjuntos nas áreas de combustíveis, energia, ferrovias e siderurgia (KANENEV, 2010: online).

O anúncio da retirada de tropas dos Estados Unidos do Afeganistão reforçou a participação russa naquele teatro, concretizada a partir dos resultados da Cúpula de Lisboa em Novembro de 2010. As negociações de Lisboa, a retomada do Conselho Rússia-OTAN¹⁰ e as articulações dessas partes em torno da questão afegã são um reflexo da nova inserção russa na Ásia Central. Esta região se tornou a principal fiadora da cooperação entre Rússia e OTAN a despeito do malogro das finalidades mais ousadas da Cúpula de Lisboa.

Na prática, esta reaproximação se converteu no compromisso de Moscou em simplificar o transporte de suprimentos via espaço aéreo russo para o abastecimento das forças ocidentais em território afegão, a continuidade do treinamento de pessoal em centros especializados russos, além de ações conjuntas com a OTAN para reforçar a capacidade combativa do exército e a criação de um fundo para a manutenção dos helicópteros afegãos. Tais resultados, somados ao acordo anterior de fornecimento de 21 novos helicópteros Mi-17 e de armas leves (os russos doaram 20.000 fuzis

¹⁰ O Conselho Rússia-OTAN fora suspenso em 2008 como resultado da invasão russa na Geórgia.

Kalashnikov e 2.500.400 munições) servem como indicadores do aumento da presença russa na campanha afegã (KRÁMNIK, 2010:online; OTAN, 2010:online; RIA NOVOSTI, 2010a:online; RIA NOVOSTI, 2010b:online).

As Cúpulas de Dushanbe e Sochi são sintomas da volta do conceito de “Concerto” vigente no sistema internacional do século XIX, ora aplicado às realidades da Ásia Central e do Sul – a presença da “hegemonia coletiva”. Revela a retomada do interesse russo na região, e a redefinição do padrão de alianças vigentes à época da Guerra Fria. Indica o papel desempenhado por países como Afeganistão, Paquistão e Tadjiquistão para a Nova Ordem Internacional. O que permite que países deste porte, e não apenas grandes potências, contribuam para o equilíbrio: é o fenômeno da regionalização. Assim, para entender a iniciativa quadrilateral, é necessário fazer uma avaliação de como os países envolvidos atuam, quais seus interesses essenciais na criação de tal concerto e quais as limitações impostas por demais agentes regionais.

2. Uma análise da iniciativa quadrilateral para o contexto regional centro e sul-asiático.

O desengajamento das forças ocidentais do território afegão e a crescente participação russa podem ser compreendidos como uma articulação entre grandes potências e países da periferia tradicional. Faz menção à necessidade estadunidense de deixar a região em função de sua crise econômica associada ao retorno estratégico da política externa de Moscou para a Ásia meridional. Essa maior participação do governo russo no combate ao terrorismo conforma um novo tipo de regionalismo nos moldes da cooperação Sul-Sul (VISENTINI, CEPIK, PEREIRA, 2010; VISENTINI, 2010)¹¹.

Mais que retomar sua “área de influência” na Ásia Central dentro da perspectiva de uma hegemonia tradicional – o que por certo também ocorre dado que Moscou relançou a OTSC – a Rússia pretende inserir-se no âmbito da construção da “Nova Rota da Seda” que pavimenta as comunicações e a infraestrutura de Tóquio a Roma e que, forçosamente, percorre os caminhos da Ásia Central. É justamente este aspecto que une

¹¹ Estas referências contêm exemplos do modelo de cooperação Sul-Sul entre outros países, como o da formação do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e a de China e Índia com nações africanas.

o regional ao global, o centro à periferia, e o que permite que se inaugurem novas formas de cooperação entre países emergentes e de terceiro mundo.

Importa perceber que a cooperação Sul-Sul é um fenômeno recente no sistema internacional. De certa forma, contraria a espontaneidade tanto da divisão internacional do trabalho quanto da competição interestatal. Conforme o modelo cepalino¹² as relações entre os países da periferia tendem a ser de competição por investimentos e colocação de seus produtos primários e matérias-primas nos países centrais. Deste modo a estrutura do sistema internacional, seu equilíbrio ou polaridade, tende a ser explicada através das grandes potências, apenas pela posição dos países centrais.

Contudo, esta perspectiva analítica é posta em evidência por Buzan e Wæver (2003:40-65) com o conceito de complexo regional de segurança. A regionalização é, nesta abordagem, um artifício engendrado pelo sujeito contra a lógica imanente do objeto (a competição). A cooperação Sul-Sul efetiva a regionalização justamente por depender da concertação entre diversos países para alavancagem de investimentos em infraestrutura de transportes e energia. Em termos sucintos, a cooperação Sul-Sul é caracterizada pela substituição dos investimentos oriundos originalmente dos integrantes da OCDE¹³ pelos BRICS¹⁴. Como os últimos ainda são débeis em exportação de capitais, o procedimento do concerto torna-se imprescindível para a efetivação de investimentos. O paradoxo é que a despeito da regionalização ser um artifício da consciência, atualmente responde as demandas sistêmicas do capital e um novo equilíbrio internacional. O resultado é a multiplicação de um regionalismo aberto onde ao invés de áreas de influência exclusivas, características do imperialismo tradicional, há uma sobreposição de hegemonias que acabam por conformar um grande “Concerto Mundial” multipolar¹⁵. Neste sentido, as relações estabelecidas entre os

¹² Modelo Cepalino – modelo analítico que consiste em explicar a desigualdade entre as nações a partir de uma dialética existente entre “centro” (os antigos “impérios”) e “periferia” (as antigas colônias).

¹³ OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Composta pelos países mais ricos do mundo, que se confundem com o denominado “centro” (Cepal), “núcleo orgânico do capitalismo” (Gionanni Arrighi), o G-7 (OMC), entre outras classificações.

¹⁴ BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

¹⁵ Na região do quarteto sobrepõem-se simultaneamente a influência dos Estados Unidos como superpotência, da Rússia e China como grandes potências, da OCX como organização de cooperação da Ásia, da OTSC no espaço ex-soviético e da própria OTAN.

países emergentes dos BRICS e os países subdesenvolvidos se pautam mais pela cooperação, pelo diálogo, e pela percepção de ganhos mútuos do que pela imposição pela força dos desígnios da metrópole.

Em uma perspectiva histórica, desde a retirada dos soviéticos do Afeganistão em 1989, até o início do novo milênio, as mudanças do cenário internacional e as transformações internas verificadas no bloco comunista limitaram a atuação da Rússia no espaço sul-asiático e reduziram sua influência na Ásia Central. O recuo russo possibilitou o crescimento da militância *jihadista* e da guerra irregular, e o surgimento de governos resistentes a qualquer tipo de ingerência de Moscou nos assuntos dos países das duas regiões (RASHID, 2003:35-42, 75-90).

Do ponto de vista estratégico, o governo russo perdeu substancial influência internacional e áreas vitais para seus interesses de política exterior, como os relacionados à saída para os mares do sul e a exploração de petróleo no Mar Cáspio. Acrescente-se a isso que a decadência dos partidos comunistas nos países do antigo bloco soviético, ao longo da década de 1990, afastou as fronteiras russas da Ásia central e do sul. O que por sua vez possibilitou a substituição do governo de Moscou pela influência da China.

Para os russos, o afastamento da região se modificou devido a transformações internas e externas. Internamente, a ascensão do governo “nacionalista conservador” de Vladimir Putin e a proposta de uma nova política externa para o país, mais assertiva e ativa, pode ser indicada como a primeira mudança. Por sua vez, a guerra ao terror desencadeada pelo governo estadunidense em 2001 oportunizou a convergência da própria ação do governo russo de combate aos separatistas, extremistas e terroristas internos¹⁶ com a agenda internacional. Contexto que propiciou novas possibilidades de inserção russa na Ásia Central e do Sul.

¹⁶ Os principais movimentos separatistas em território russo localizam-se no Cáucaso do Norte, compreendendo as unidades federativas russas da Tchetchênia, Daguestão, Ingushetia, Ossétia do Norte, Adyega, Karachevo-Cherkessia e Kabardino-Balkaria. Neste contexto originam-se o que os russos consideram como grupos terroristas, em especial de etnia tchetchena, responsáveis pelos ataques de Nord-Ost (2002) e Beslan (2004), e outros em Moscou.

Assim, os interesses de Moscou na Ásia Central e do Sul são múltiplos. Com relação ao contexto centro-asiático, a Rússia busca garantir sua influência no que se convencionou chamar de exterior próximo. A presença no Sul da Ásia, por sua vez, além de simbolizar para o Ocidente a força de Moscou para mobilizar antigos e novos aliados, tem por preocupação básica retomar projetos soviéticos, agora ampliados, de modernização da infraestrutura e criação de mercados consumidores de serviços não só no Paquistão, mas também no Afeganistão.

No tocante ao tema da guerra ao terror, combate ao tráfico de drogas e pacificação do Afeganistão, pode-se afirmar que ocorreu uma institucionalização securitária gradual, desde 2001 (THORUN, 2009:121). Tanto a Rússia quanto a China criaram a OCX para combater o terrorismo, o separatismo, o tráfico de drogas e o extremismo político. Contudo, também para promover a integração econômica e a cooperação em infraestrutura. Deste modo, a adesão à agenda de Washington permitiu a realização de um *bandwagoning* seletivo em que russos e chineses aderiram à campanha estadunidense com o fito de promover seus próprios interesses securitários e de regionalização. Importa compreender que neste caso, para além do *bandwagoning*, a securitização foi fiadora da construção de processos de integração ou cooperação regional em regiões onde o processo era inexistente ou em que havia franca rivalidade, como é o caso do Sul da Ásia. Este é o contexto em que se deve interpretar a iniciativa quadrilateral. Ela resulta desta estratégia, nem mesmo as agendas de infraestrutura, produção e comércio estavam ausentes de esforços de regionalização anteriores como ilustra o exemplo da OCX, ou mesmo da UNASUL (CEPIK, 2010:4-6). A segurança, paradoxalmente, tornou-se garantidora dos processos de integração regional e cooperação inter-regional.

Os interesses russos no Paquistão podem ser interpretados como uma tentativa de disputar com os Estados Unidos a influência sobre um de seus principais aliados. Além disso, há um esforço da Rússia (com ajuda da China) em pacificar o Afeganistão “por baixo” através da negociação com grupos étnicos. A estratégia para combater a insurgência talibã seria instituir um governo de coalizão composto pelos integrantes da

Aliança do Norte, hoje no poder, e por membros da etnia pashtun¹⁷ a que pertence o talibã. A parceria entre Rússia e Tadjiquistão seria uma alternativa para negociar com grupos étnicos-políticos internos afegãos para o estabelecimento de um governo que atenda seus interesses. Neste processo, o governo de Dushanbe teria como tarefa convencer os tadjiques¹⁸ desta intenção. Ao governo de Islamabad caberia exercer influência sobre os pashtuns e o talibã paquistanês. Fator importante para entender este processo de concertação é ter em conta que as etnias da região se converteram, ao longo da história, em entidades políticas transnacionais, de forma que os tadjiques afegãos têm estreitas ligações com o Tadjiquistão. E, por seu turno, os pashtuns afegãos e paquistaneses compartilham um sentimento de identidade muito mais forte no âmbito da etnia do que de identidade nacional. (BARTH, 2000: 72)

Se a Guerra do Terrorismo, paradoxalmente, tem possibilitado à Rússia voltar a atuar no centro e sul da Ásia, também permitiu ao Paquistão novas oportunidades de inserção na região e incremento de sua autonomia relativa. Para o governo de Islamabad, o perdão de grande parte da dívida externa, os bilhões de dólares em assistência social e militar (CORNELL, 2006:301-302; MOMANI, 2004:45), e o amparo político concedido pela superpotência ocidental, significaram um novo fôlego para o país, que passou por uma grave crise econômica, social e política ao longo da década de 1990. Além do que, o novo papel do Paquistão na região garantiu a renovação de parcerias importantes, como a chinesa, antes desgastada pelas ações de setores estatais como o ISID – *Inter-Services Intelligence Directorate*, e sua *proxy war* na Caxemira, que ressoava nos extremistas muçulmanos uigures de Xinjiang. Assim, o Paquistão tem buscado ampliar o leque de parcerias regionais e internacionais.

Tanto Tadjiquistão, Afeganistão e Paquistão, possuem interesses compartilhados no sucesso da iniciativa quadrilateral, pois detém o potencial para ser um núcleo de conexão e passagem de linhas de comércio, transporte e comunicação entre as diversas partes da região euro-asiática. Essa proposta depende, indubitavelmente, de um projeto

¹⁷ A etnia *pashtun* é transfronteiriça, abrangendo ambos os territórios de Paquistão e Afeganistão. Ademais, é principal fonte de recrutamento do movimento talibã.

¹⁸ A etnia tadjique faz parte do atual governo afegão, juntamente com outros grupos como os uzbeques e hazaras.

complexo envolvendo a saída gradual das tropas ocidentais, a transferência dos custos da estabilização (o chamado *buck passing*) para uma potência regional, como a Rússia (MEARSHEIMER, 2003:138, 157-159) e a convergência política entre grupos étnicos na composição e reestruturação do governo afegão. Além disso, também se faz necessário o controle de grupos extremistas islamistas, o combate ao tráfico de narcóticos na área limítrofe entre Tadjiquistão e Afeganistão, e a estabilização das fronteiras entre Afeganistão e Paquistão.

Contudo, são muitos os empecilhos à consumação das transformações e objetivos anteriormente indicados. Em relação ao Afeganistão há uma disputa histórica entre os diversos grupos etno-políticos para ascender ao poder estatal. Em raros momentos do passado da região foi possível a formação de um governo de coalizão que respeitasse os interesses das diversas organizações políticas do país. Por isso é consistente considerar os conflitos subestatais, e não a cooperação, como um elemento de longa duração. O quadro se agrava quando se tem em conta o contexto geográfico em que as fronteiras são fluídas e, em que os governos nacionais não têm o poder necessário para controlar a movimentação de agentes transnacionais.

E para a Rússia há o problema de converter-se no principal financiador da iniciativa, algo que tenciona a capacidade dos meios de pagamento do governo russo que possui suas próprias dificuldades. Também permanece em aberto saber se a não-inclusão da Índia representa uma transformação no quadro de alianças, ou se pelo contrário, pode exercer um papel significativo relativo ao financiamento dos compromissos propostos pelas Cúpulas. A expectativa de inclusão da Índia justifica-se tanto por seu peso específico na região, quanto pela própria ascensão dos BRICs à condição de exportadores de capitais – confirmando as previsões feitas pelo Banco Goldman Sachs.

Considerações Finais

Independente das substanciais metas e desafios propostos pelo Fórum Quadrilateral há que se ter em conta a precocidade, incertezas e amplitude do projeto para sua consolidação. Restou claro que tem o mérito de permitir que os obstáculos

representados por ameaças como o tráfico de drogas e terrorismo sejam administrados através de dispositivos regionais.

Também é significativo o esforço dos países centro e sul-asiáticos tomarem a frente no processo de integração, muito em resposta aos dilemas sociais que compartilham, e se apoiarem em uma potência que não faz parte do núcleo orgânico do capitalismo – no caso, a Rússia – para cumprir este objetivo. Reconhecidos os propósitos dos países envolvidos e as articulações e avanços das duas cúpulas, resta indicar alguns outros elementos da equação, que podem contribuir para o sucesso ou o fracasso da tarefa.

Importa observar o papel que irão cumprir Estados Unidos, China e Índia, até o presente fora das negociações. Ainda é muito cedo para saber qual será a posição dos Estados Unidos sobre o Fórum Quadrilateral. Apesar da crise econômica e de seu visível declínio relativo, os Estados Unidos conservam uma posição de proeminência nos assuntos mundiais. Para se aferir o elemento residual de unipolaridade na multipolaridade, basta-se inferir acerca do resultado das eleições de 2012 nos EUA. Dificilmente se deixará de reconhecer que o retorno dos neoconservadores pode significar uma contra-tendência ao processo de regionalização ora em curso. Visto que Obama tem feito uso da regionalização para reduzir o custo da presença militar estadunidense no exterior (*buckpassing*). Impossível predizer o que ocorreria no caso da vitória neocon. Contudo, é razoável supor que haveria uma alteração drástica nos padrões ora vigentes de diplomacia.

Do mesmo modo que os EUA, a China também é um dos “ausentes” do Fórum Quadrilateral. Até o momento, Beijing não formulou críticas em relação aos encontros. Embora estes possam se constituir em um obstáculo aos seus interesses. Contudo, é razoável supor que, sem uma modificação drástica num posicionamento estadunidense, a China tende a acomodar-se com relativa facilidade aos padrões de regionalização e cooperação inter-regional dos quais é uma das principais fomentadoras.

Por fim, contabilizadas as dificuldades, as ações de países externos e as exigências e eventuais discordâncias de agentes internos; fica evidente a necessidade de novos e ampliados estudos que levem em consideração perspectivas distintas e novas

interpretações não apenas para o Fórum Quadrilateral, mas para as substantivas mudanças que o continente asiático vem sofrendo nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. A identidade pathan e sua manutenção. In: BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2003.
- CASA-1.000. Central Asia - South Asia Regional Electricity Market – CASAREM. CASA-1000 Feasibility Study Update. 2010. Disponível em: <<http://casa-1000.com/default.php>>, Acesso em 28 de julho de 2011.
- CEPIK, Marco. Regional Security and Integration in South America: What UNASUR could learn from the OSCE and the Shanghai Organization experiences? In: LASA XXIX International Congress, Toronto, 2010.
- CORNELL, Svante E. Pakistan's Foreign Policy: Islamic or Pragmatic? In: SHAFFER, Brenda. (ed.) The Limits of Culture. Islam and Foreign Policy. Cambridge; Londres: MIT Press, 2006.
- DTN News. Sochi Summit seeks to break curse of Afghan heroin. Disponível em: <www.defense-technologynews.blogspot.com/2010/08/dtn-news-sochi-summit-seeks-to-break.html>, acesso em 27 de julho de 2011.
- EPAA. Export Promotion Agency of Afghanistan. Iran, Afghanistan, Tajikistan stress expansion of cooperation. Ministry of Commerce and Industry, 2007. Disponível em: <www.epaa.org.af/index.php?page=en_IAT+Cooperation>, acesso em 29 de julho de 2011.
- FPC. Foreign Policy Concept of the Russian Federation. 2000. Disponível em: <www.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml>, acesso em 27 de julho de 2011.
- GONCHAROV, Pyotr. Dushanbe Four takes on Afghan issue. RIA NOVOSTI, 03 de agosto de 2009. Disponível em:

<<http://en.rian.ru/analysis/20090803/155714424.html>>, acesso em 27 de julho de 2011.

JONSON, Lena. Russian and Central Asia. In: ALLISON, Roy; JONSON, Lena. Central Asian Security: the new international context. Brookings Institution: Washington, 2001.

KANENEV, Sergei. Russia and Pakistan After the Sochi Fourlateral Summit. Oriental Review. Agosto/2010. Disponível em: <<http://orientalreview.org/2010/08/23/russia-and-pakistan-after-the-sochi-fourlateral-summit/>>, acesso em 20 de julho de 2011.

KRÁMNIK, Iia. Cumbre Rusia-OTAN definió la estrategia en Afganistán y sentó la base para la seguridad de Europa. RIA Novosti, 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://sp.rian.ru/opinion_analysis/20101124/147947537.html>, acesso em 29 de julho de 2011.

MEARSHEIMER, John. The Tragedy of Great Power Politics. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

MOMANI, Bessma. The IMF, the U.S. War on Terrorism, and Pakistan. Asian Affairs. Vol. 31, n.º 1, pp. 41-50, 2004.

MUZALEVSKY, Roman. Enhancing Pakistan's Energy Security. ISN - International Relations and Security Network. 18 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/ISN-Insights/>>, acesso em 20 de julho de 2011.

OTAN. Organização do Tratado do Atlântico Norte. NATO-Russia Council Joint Statement. Lisboa. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_68871.htm>, acesso em 27 de julho de 2011.

PERRY-CASTAÑEDA LIBRARY MAP COLLECTION, University of Texas Libraries. Ásia Maps – Mapa Político da Ásia. 2008a. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/txu-oclc-247232986-asia_pol_2008.jpg>, acesso em 08 de agosto de 2011.

PERRY-CASTAÑEDA LIBRARY MAP COLLECTION, University of Texas Libraries. Afghanistan Maps – Divisões Administrativas do Afeganistão. 2008b. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/txu-oclc-309296021-afghanistan_admin_2008.jpg>, acesso em 08 de agosto de 2011.

- PURUSHOTTAM, Smita. The Sochi Summit: Fresh Moves on the Grand Eurasian Chessboard. IDSA Issue Brief, Agosto/2010, pp. 1-8.
- RADYUHIN, Vladimir. Four nation pact to fight terrorism. The Hindu, 19 de Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/international/article580431.ece>>, acesso em 27 de julho de 2011.
- RAHMAN, Fazal-ur. Pakistan's Evolving Relations with China, Russia, and Central Asia. Anais do Congresso do Centro de Pesquisa Eslava - Universidade de Hokkaido/Japão. 2006. Disponível em: <http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no16_1_ses/11_rahman.pdf>, acesso em 21 de julho de 2011.
- RASHID, Ahmed. Jihad. A ascensão do islamismo militante na Ásia central. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.
- RIA NOVOSTI. Russia ready to invest \$500 million in Central Asian electricity project. 21 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://en.rian.ru/world/20110121/162243812.html>>, acesso em 27 de julho de 2011.
- RIA NOVOSTI. Russia flexible on supply of Mi-17 helicopters to Afghanistan. 17 de agosto de 2010a. Disponível em: <http://en.rian.ru/military_news/20100817/160236850.html>, acesso em 27 de julho de 2011.
- RIA NOVOSTI. Russia concluye suministros gratuitos de Kaláshnikov a Afganistán. 12 de Novembro de 2010b. Disponível em: <<http://sp.rian.ru/international/20101112/147886264.html>>, acesso em 08 de agosto de 2011.
- STAR, S. Frederick & KUCHINS, Andrew C. The Key to Success in Afghanistan. A Modern Silk Road Strategy. Washington: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2010.
- THORUN, Christian. Explaining change in Russian foreign policy: the role of ideas in post-Soviet Russia's conduct towards the West. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou cooperação Sul-Sul? Ciências & Letras, n.º 48, p. 13-28, jul./dez. 2010.

VISENTINI, Paulo; CEPIK, Marco; PEREIRA, Analúcia. G3, Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de Cooperação Sul-Sul. Curitiba: Juruá, 2010.

WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

ZHEBIT, Alexandre A. Reflexões sobre a Nova Concepção de Política Externa da Rússia. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 15, nº2, jul/dez 1993, pp. 259-277.

Artigo recebido dia 14 de agosto de 2011. Aprovado em 15 de setembro de 2011.

RESUMO

Este artigo trata da formação do Fórum Quadrilateral composto por Afeganistão, Paquistão, Rússia e Tadjiquistão, criado em 2009. Este Fórum marca a volta da Rússia como ator de peso no “Grande Jogo” no Ásia Central e do Sul e a afirmação de um novo tipo de regionalização baseada na cooperação Sul-Sul.

PALAVRAS-CHAVE

Rússia; Fórum Quadrilateral; Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

This article aims to study the formation of the Quadrilateral Summit established in 2009 comprising Afghanistan, Pakistan, Russia and Tajikistan. This forum signalizes both the return of Russia as an important player in Central and Southern Asia and the affirmation of a new sort of regionalization based on South-South cooperation.

KEYWORDS

Russia; Quadrilateral Summit; South-South Cooperation.

GLOBALIZADORES DO SÉCULO XXI: PAÍSES EMERGENTES E A GLOBALIZAÇÃO SUL-SUL

21st Century Globalizers: Emerging Countries and the South-South Globalization

Diego Trindade d'Ávila Magalhães¹

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento dos emergentes, a inserção internacional desses países e suas implicações constituem uma vasta agenda de pesquisa em Relações Internacionais. Ainda há muito a ser debatido e compreendido. Exemplo disso é o impacto que tais países têm sobre o processo de globalização no século XXI.

É um consenso que os países emergentes estão alterando a lista das maiores economias do mundo. Estima-se que Brasil, Índia, Rússia e China (BRICs) constarão entre as seis maiores economias do mundo, juntamente com Japão e Estados Unidos da América, até 2050 (WILSON & PURUSHOTHAMAN, 2003). Mas que implicações acarretam esse fato? Como os emergentes alteram as características da globalização? É importante responder essas perguntas antes de partir para análises mais profundas sobre o impacto desses países sobre a ordem internacional. Para analisar o futuro da política internacional, é preciso ter uma clara noção da sua base material, que inclui, entre outros elementos, fluxos e redes econômicas e políticas globais.

No âmbito da opinião pública e mesmo no meio acadêmico, presume-se que a globalização contemporânea continua com as mesmas características no século XXI e que o crescimento econômico dos países emergentes é resultado desse processo e fortalece-o. Contudo, a globalização dos anos 1990 é diferente da atual. Surge, assim, a pergunta: como a inserção internacional de países emergentes como o Brasil tem alterado características da globalização?

¹Coordenador do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás. Graduação e Mestrado em Relações Internacionais pela UnB. (diegotdm@gmail.com)

É fundamental aprofundar o debate acadêmico no Brasil sobre os temas de vanguarda no campo das Relações Internacionais. Um passo inicial nesse sentido é pesquisar dados relevantes e atualizados acerca da globalização no hemisfério Sul, com vistas a complementar os estudos existentes sobre a globalização, geralmente originados em países desenvolvidos.

Poucos discutem isto, que é cada vez mais evidente: em vários aspectos, os BRICs têm protagonizado papéis tradicionalmente desempenhados pelos países desenvolvidos. Por isso, propõe-se o conceito de país “globalizador”, com vistas a fortalecer um dos argumentos centrais aqui defendidos: o avanço da globalização depende da atuação de países que lideram o desenvolvimento e a difusão de tecnologias, constituem redes globais e determinam a direção dos fluxos transnacionais.

O foco deste artigo é a globalização, o substrato no qual desenvolve-se a ordem internacional do contexto pós-Guerra Fria. Estudam-se as novas características da globalização atual, em contraste com a da década de 1990. Países emergentes têm modificado características da globalização. Os BRICs são entendidos como países globalizadores no século XXI. O estudo de caso do Brasil demonstra essa associação entre a atuação dos emergentes e as novas características da globalização. Parte-se da seguinte pergunta: como a atuação brasileira no hemisfério Sul contribui para transformar a globalização?

O Brasil foi escolhido, entre outros motivos, porque está entre os BRICs – grupo das maiores economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China –, é emblemático do processo de adensamento das relações Sul-Sul e algumas tendências na atuação do Brasil podem indicar o modo como a Rússia, a Índia e a China também modificam a globalização contemporânea.

É oferecida uma análise descritiva cuja metodologia pauta-se pelo positivismo behaviorista, o que implica enfatizar dados empíricos quantitativos. A estrutura usada por D. Held, A. McGrew, D. Goldblatt e G. Perraton (1999) em *Global Transformations: Politics, Economics and Culture* é usada como referência principal. Dados sobre fluxos comerciais, financeiros e de assistência – como doações, crédito

subsidiado, projetos de cooperação – serão usados como indicadores da atuação de países globalizadores no hemisfério Sul.

GLOBALIZAÇÃO

O que é globalização? Quais são suas características principais? A definição não é consensual. Sequer o termo globalização é unânime, já que alguns preferem mundialização. Outros, argumentam que falar em regionalização é mais pertinente. Não se pretende expor os diversos lados do debate terminológico, tampouco as controvérsias em torno do conceito de globalização.

Instrumentalmente, será utilizado o conceito simplificado de globalização, a partir de suas características básicas objetivamente verificáveis. Enfatizam-se algumas características da globalização, apontadas por D. Held, A. McGrew, D. Goldblatt e G. Perraton (1999), que analisam a globalização em suas dimensões espaço-temporais – alcance, intensidade, velocidade e impacto – e organizacionais – infraestrutura, institucionalização, estratificação e padrões de interação entre atores.

Tecnologia, redes e fluxos são palavras-chave do conceito de globalização, tendo em vista as novas tecnologias de transportes e de comunicações, o inédito aumento de fluxos globais e o incremento da constituição de redes transnacionais.

O desenvolvimento e o acesso a tecnologias de transportes e de comunicações são fatores determinantes do alcance, da intensidade, da velocidade e do impacto da globalização. Até o século XIX, a velocidade e o alcance da comunicação dependia da velocidade e do alcance dos veículos de transporte. Certas montanhas eram intransponíveis, certas distâncias, muito longas, dificultando ou mesmo inviabilizando a comunicação. A imagem clássica é da Grécia Antiga, quando a um soldado ateniense parte da batalha de Marathon, correndo dezenas de quilômetros, até Atenas, levando a mensagem da vitória (ofegante, o soldado faleceu, e desse antecedente surgiu o costume ocidental de realizar as chamadas “maratonas”).

Sem transporte, informações não chegavam muito longe. A comunicação ficou atrelada aos meios de transporte durante milênios. Informações tinham de ser transportadas por pessoas, cavalos, navios ou, após a primeira revolução industrial,

trens. A invenção do telégrafo (parte da segunda revolução industrial), no século XIX, foi revolucionária: a transmissão de mensagens começou a desatrelar-se dos transportes. Rádio, televisão, telefones vieram aprofundar esse processo. A terceira revolução industrial, que inaugurou a Era da Informação, implicou níveis inéditos de desenvolvimento e de acesso aos meios de comunicação, sobretudo nos anos 1990, com a rede mundial de computadores, internet. Navios do século XXI conseguem cruzar o Atlântico em dias, em contraste com os meses que tardavam as caravelas quinhentistas. O fluxo comercial, portanto, tornou-se mais veloz, já o fluxo financeiro, com a internet, tornou-se instantâneo.

Tecnologias de comunicação e de transporte facilitaram sobremaneira a constituição de redes globais. Redes constituem-se de um conjunto de atores internacionais, como empresas, Estados e indivíduos, que têm interações regulares e padronizadas em um ou mais temas da vida em sociedade. Castells (1999), que se aprofunda nesse conceito, entende que redes globais são uma nova morfologia social da sociedade contemporânea.

Sob a perspectiva da constituição de redes, torna-se mais fácil compreender a globalização como aumento de fluxos. Fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais e de informações resultam das redes, que determinam a direção e o volume dos fluxos. Somente após o contato inicial entre atores de países diferentes, decide-se o que será transacionado, para onde e em que quantidade. Pode tratar-se da exportação de um automóvel, da importação de um software ou da transferência de uma tecnologia, por exemplo.

Redes e fluxos traduzem a interconexão entre o meio doméstico de um Estado e o meio internacional. Como consequência, tendem a aumentar o impacto de acontecimentos globais na realidade nacional e indicam a diminuição da rigidez das fronteiras estatais (HELD et al., 1999: 15-16). A globalização consiste em um aumento inédito do volume, da intensidade, da velocidade, do impacto e da institucionalização de fluxos transnacionais (ibid.). Essas transformações globais são evidenciadas nas diversas agendas das relações internacionais – política, cultural, financeira, comercial, produtiva, migratória, turística, militar, etc.

Alguns períodos históricos constam como antecedentes da globalização. Alexandre, O Grande, concretizou o pan-helenismo da Macedônia à Índia, constituindo uma rede de cidades (Alexandrias) pelo caminho. O Império Romano, até o século V d.C. também viabilizou redes e fluxos intercontinentais, assim como o Império Turco-Otomano, no século XV. Neste século, a famosa Rota da Seda mostrou o modo como pessoas poderiam implementar transações globais por meio de um sem número de redes entre Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente.

Nesses períodos, houve sinais intermitentes de globalização. Entre os séculos XVI e XVIII, a era do mercantilismo (pré-capitalismo) engendra certa continuidade no processo de desenvolvimento que envolve avanço tecnológico (e.g. caravelas), constituição de redes (e.g. companhias de comércio) e fluxos (e.g. comércio triangular Europa-África-América). O advento do capitalismo, paralelamente à primeira revolução industrial, veio acentuar os fundamentos da globalização.

No século XIX, em termos comerciais, o estatuto do exclusivo colonial nas Américas foi gradualmente substituído pelo livre-comércio. Os fluxos financeiros passam a ser regulamentados por um sistema monetário internacional, o Padrão-Ouro (1871-1919), viabilizando o surgimento de um mercado global de commodities (PERRATON apud HELD et al., 1999: 150). Estabeleceu-se uma divisão internacional do trabalho, em que os países centrais do capitalismo exportavam produtos industrializados e importavam primários da periferia. Emergiram empresas multinacionais naqueles países, que passaram a investir nos países periféricos. Fluxos comerciais, financeiros e migratórios atingiram níveis sem precedentes, assim como a constituição de redes globais. Aumentou o alcance geográfico, a quantidade, a velocidade e o impacto desses fluxos (HELD et al., 1999: 236-237).

A imagem clássica da globalização do fim do século XIX é a do Império Britânico promovendo a criação de redes e de fluxos no mundo. Ingleses forneciam crédito, ferrovias, telégrafos, navios, serviços de eletrificação e uma série de outros símbolos do que se entendia como progresso, sobretudo nas Américas e na Ásia. “A Grã-Bretanha já se transformava de oficina do mundo em banco do mundo”, ofertando 45% de todos os investimentos no mundo entre 1875 e 1913 (DÖPCKE, 2001: 116).

Houve um recuo nesses indicadores de globalização, causado pelas duas grandes guerras entre 1914 e 1945. Já o pós-Segunda Guerra Mundial foi um contexto favorável à retomada do comércio internacional e à transnacionalização de empresas. Houve notável institucionalização da ordem econômica internacional, a começar com a criação de um sistema monetário, o Sistema Bretton Woods. Em 1948, o comércio mundial era apenas 3% maior do que o de 1913 (SATO, 2001). Mas, na Europa e no Japão, atores reergueram-se, redes foram reconstituídas e mercados foram abertos. Uma série de rodadas de comércio, no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, sigla em inglês), promoveram fluxos de bens industrializados.

O comércio internacional ganhou imenso impulso a partir da década de 1970, apesar da quase estagnação nos anos 1980. Em 1973, o volume das exportações globais era um pouco mais que o dobro do PIB mundial; em 2003, era quase dez vezes maior, segundo a Organização Mundial de Comércio (OMC) (apud DAMOOEI, 2007).

Os fluxos globais de investimentos eram retomados sob a liderança de empresas multinacionais, que, nos anos 1950, eram quase todas estadunidenses. A partir dos anos 1970, empresas alemãs e japonesas internacionalizam-se e ganham espaço no mercado global aceleradamente. Esse tipo de corporação passou a exercer um papel central na internacionalização da produção e de serviços e, de modo geral, nos negócios globais (HELD et al., 1999: 237). Em 1970, a produção de subsidiárias de multinacionais representava 4,5% do PIB mundial; em 1995, 7,5% (ibid.: 238). Nos anos 1990, estima-se que um terço do comércio internacional seja intrafirma, ou seja, entre unidades de uma só empresa dispersas em diferentes lugares do planeta (ibid.: 240).

A globalização é um fenômeno é inexorável? Pode ser interrompido? Pode desacelerar e recuar? Sim para todas as perguntas. A globalização é estratificada, ou seja, há hierarquias no comando dos fluxos globais e há regiões em que os fluxos se concentram. A globalização estagna ou mesmo regride quando Estados protegem seus mercados e guerras interrompem fluxos, tal como ocorreu entre 1914 e 1918 e entre 1939 e 1945. O processo avança quando Estados abrem seus mercados e promovem a internacionalização dos negócios, como notavelmente ocorreu nos anos 1990.

GLOBALIZADORES

De que modo a globalização avança? A globalização não avança no mesmo ritmo, com a mesma intensidade e de modo homogêneo nas mais diversas regiões da Terra. As redes tornam-se mais numerosas e os fluxos mais intensos em determinadas regiões onde é maior o ritmo de crescimento das redes e dos fluxos comerciais, financeiros e sociais. O ritmo não é fruto do acaso nem determinado por um conjunto indiscernível de atores internacionais. A globalização avança sob a égide de alguns Estados em particular, que destacam-se por sediarem os maiores investidores, os maiores importadores, os maiores fornecedores de produtos de alto valor agregado e os maiores doadores de assistência humanitária.

Nos anos 1960, quase todas as multinacionais eram sediadas em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os mais desenvolvidos do planeta, incluindo Estados Unidos, Japão e os membros da União Europeia (UE) (ibid.: 245). Do total dos investimentos externos diretos (IEDs) no mundo, 67% destinavam-se aos países desenvolvidos em 1960; 77%, em 1980; e 73% em 1994 (ibid.: 246). O comércio internacional reflete essa mesma estratificação. Tais fluxos concentram-se no eixo Japão-Estados Unidos-Europa.

Em vez de homogeneidade, verifica-se uma heterogeneidade dos fluxos, pois refletem a divisão internacional do trabalho. Nos anos 1990, do total de IEDs em países desenvolvidos, 9% foram para o setor primário (agricultura e extração), 48% para o setor terciário (serviços); agora, em se tratando de países em desenvolvimento, 22% dos IEDs destinaram-se ao setor primário, enquanto 29,5% ao setor terciário (ibid.: 251).

A estratificação da globalização reflete o contraste entre os fluxos Norte-Norte (entre países desenvolvidos) e os fluxos Norte-Sul (entre desenvolvidos e países em desenvolvimento). As relações Norte-Norte tendem a ser mais simétricas: intenso fluxo de IEDs, predomínio do comércio de bens de alto valor agregado (bens industrializados e serviços). As relações Norte-Sul tendem a ser mais assimétricas: o Norte “globaliza” o Sul, com novas tecnologias, redes e fluxos. Assim, sobretudo entre 1980 e 2000, a terceira revolução industrial chegou a países como os BRICs, modernizando suas estruturas econômicas.

A estratificação dos fluxos globais derivou do adensamento dos fluxos já existia nos primeiros anos do século XX. Dois terços do comércio mundial realizava-se na Europa; Reino Unido, França e Alemanha respondiam por 37,6% das trocas mundiais (DÖPCKE, 2001: 117). Se em 1900, o primeiro nível de estratificação – onde os fluxos são mais densos – envolvia basicamente a Europa, o eixo Japão-Estados Unidos-Europa (ou Norte) consolidou-se no primeiro nível na segunda metade do século XX.

O primeiro nível da globalização pode ser associado à evolução dos mecanismos de gerenciamento da ordem econômica internacional. Nos anos 1970, o principal mecanismo de coordenação envolvia Alemanha, Japão e Estados Unidos sob o G-3; em seguida, surgiu o G-7, grupo das sete maiores economias do mundo, incluindo Reino Unido, França, Canadá e Itália (SPERO & HART, 1997).

Nos anos 1990, países do Norte constituem claramente primeiro nível de estratificação. O segundo nível de estratificação da globalização corresponde ao dos fluxos Norte-Sul. As tecnologias, os investimentos e a assistência originam-se do Norte em direção ao Sul, modernizando-o e globalizando-o. Nesse contexto, a despeito de uma série de crises – mexicana, asiática, russa, brasileira e argentina –, nota-se a emergência das maiores economias do mundo em desenvolvimento.

O reconhecimento da importância desses países para a economia mundial veio com a criação do chamado G-20 financeiro, em 1999, que inclui países do G-7 e países em desenvolvimento, como África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia. Evidenciou-se a necessidade do G-20 no gerenciamento da ordem econômica durante a crise econômica mundial de 2008, que afetou sobretudo as economias do G-7.

Em suma, o que são países globalizadores? São aqueles que lideram o avanço da globalização nos países menos globalizados, investindo, exportando bens de alto valor agregado e promovendo assistência – doações, crédito subsidiado, projetos de cooperação. Nas interações Norte-Norte, países no eixo Japão-Estados Unidos-Europa globalizaram-se. No eixo Norte-Sul, os chamados países emergentes globalizaram-se, beneficiando-se de fluxos advindos do Norte. A industrialização da Argentina, do Brasil, do México e dos chamados tigres asiáticos – República da Coreia, Hong Kong,

Taiwan e Cingapura –, nos anos 1960 e 1970, justificou a criação do grupo dos “novos países industrializados” (NICs, sigla em inglês). Na década de 1980, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia foram considerados “novos tigres asiáticos”. Ex-países socialistas formaram o grupo de economias em transição. Muitos NICs e ex-socialistas passaram a ser chamados emergentes.

Países emergentes desenvolveram parques industriais significativos e tecnologias em determinados setores industriais de tal maneira que se diferenciaram de outros países do Sul. Em 1973, os setores agrícola e minerador respondiam por 77% das exportações dos países em desenvolvimento; em 1995, esse número foi de 36% (OMC apud KRUGMAN & OBSTFELD, 2003: 80). Nesse período, a exportação industrial por esses países passou de 22% para 62% (idem). Os BRICs, por exemplo, mudaram suas posições na divisão internacional do trabalho, atenuaram a dependência estrutural relacionada a crédito e a tecnologia, e melhoraram significativamente indicadores socioeconômicos domésticos.

Esses países passaram a exercer certos papéis tradicionalmente exercidos por países do Norte. O caso mais simbólico desse fenômeno é o da China, que recentemente tornou-se a segunda maior economia mundial. O país substituiu o papel do Japão como propulsor das economias do Pacífico e do Sudeste asiático, ao liderar o “vôo dos gansos”. Essa expressão explicava o crescimento econômico dos tigres asiáticos resultante das importações, da transferência de tecnologias e dos investimentos japoneses entre 1970 e 1990. Chineses disputam com os Estados Unidos o posto de maior parceiro comercial da África (NELSON, 2006). E a China tende a superar a importância dos Estados Unidos como investidora nesse continente. Em 2010, a China tornou-se o maior parceiro comercial da maior economia latino-americana, o Brasil (MDIC, 2011).

O caso da China exemplifica o processo de aumento da importância dos países em desenvolvimento na economia mundial, em especial para o mundo em desenvolvimento. Em 1990, os IEDs originados nos países em desenvolvimento totalizavam US\$ 147 bilhões, o que representava 7% do total de IEDs no mundo; em 2004, passaram a US\$ 1,3 trilhão, 13% do total de IEDs no mundo no ano de 2005

(OCDE, 2006: 11-12). Desde 2003, o crescimento dos IEDs advindos dos países em desenvolvimento tem sido maior do que o crescimento os investimentos originados nos países desenvolvidos, segundo dados da UNCTAD de 2005 (apud OCDE, 2006: 7-8). Do ranking das maiores corporações do mundo, vide Fortune 500, 26 eram sediadas em países em desenvolvimento em 1988; no ano de 2005, o número saltou para 61 (ibid.). O que é observado no âmbito do dos IEDs é visto também no comércio internacional. Segundo a OMC, o comércio Sul-Sul representava 11,5% do comércio global em 2000 e, em 2007, passou a representar 16,4% (REUTERS & O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Com o aumento da importância dos países do Sul, a tendência, portanto, é de que a globalização se torne menos estratificada, ou seja, mais equilibrada do ponto de vista da distribuição geográfica. Isso significa que a tendência é de que o valor dos fluxos Sul-Sul sejam equivalentes ao valor dos fluxos Norte-Norte e Norte-Sul nas próximas décadas.

A estratificação detectada nos anos 1990 tende a mudar, pois as relações Sul-Sul – terceiro nível de estratificação – estão se intensificando em um ritmo maior que o ritmo da globalização Norte-Sul (segundo nível). Assim, no século XXI, os emergentes têm sido fundamentais para integrar as economias menos globalizadas da América do Sul, da África e da Ásia. Por isso, aqueles países figuram atualmente como globalizadores.

BRASIL: PAÍS GLOBALIZADOR

O Brasil figura como globalizador? Se ficar claro que o país tem contribuído de maneira significativa para integrar outros Estados aos fluxos de investimentos, de comércio e de assistência, concluir-se-á que o Brasil é um globalizador.

No século XXI, iniciou-se uma rápida ascensão brasileira no contexto mundial. Entre 2001 e 2011, o crescimento econômico brasileiro anual tem sido de mais de 4,5%. Em 2010, o PIB brasileiro de US\$ 2,1 trilhões figurou como o sétimo do mundo (CIA World factbook, 2009; INDEX mundi, 2009).

Em 2009, os IEDs brasileiros no exterior totalizaram US\$ 100 bilhões, colocando o país na vigésima primeira posição no ranking mundial, ficando atrás de países desenvolvidos e alguns emergentes, como China, Rússia e Cingapura (CIA World factbook, 2009; INDEX mundi, 2009). Segundo o Banco Central do Brasil (BCB, 2011), em 2001, os IEDs brasileiros no exterior somaram US\$ 49 bilhões; em 2005, US\$ 79 bilhões; em 2009, US\$ 164 bilhões. Cabe observar que, considerando os dados do BCB, o Brasil estaria na décima sexta posição entre os maiores investidores do mundo. Em 2007, o Brasil figurou em segundo lugar entre os emergentes que mais investem no exterior (CAMAROTTO, 2007).

O comércio exterior do Brasil teve um acentuado crescimento. Sua participação nas exportações mundiais era de 0,88% no ano 2000; em 2005, o número subiu para 1,16%; em 2009, figurou com 1,26%. Tendo em vista (MDIC, 2011). Entre os maiores exportadores do planeta, passou da vigésima sétima posição para a vigésima terceira entre 2002 e 2010 (CIA World factbook, 2009; INDEX mundi, 2009). Estima-se que o país exportará mais de US\$ 200 bilhões em 2011 (MDIC, 2011).

Notavelmente, o eixo Norte-Sul ainda predomina, as relações econômicas do Brasil com países desenvolvidos são mais densas que as relações Sul-Sul. Mais de dois terços dos IEDs brasileiros concentram-se nos Estados Unidos e na EU, contudo, as relações econômicas Sul-Sul aumentam em ritmo muito mais acelerado que as relações do Brasil com o Norte (BCB, 2011). O aprofundamento da crise econômica nos Estados Unidos e na União Europeia, em 2011, pode implicar uma valorização das relações Sul-Sul, do ponto de vista dos investidores brasileiros.

O adensamento das relações Sul-Sul é evidente na composição do comércio exterior brasileiro. Segundo o MDIC (2011), no início do século XXI, países desenvolvidos absorviam 59% das exportações brasileiras e forneciam 65% das importações. Em 2010, esses números passaram, respectivamente, para 41% e 51%. O Sul passou a ser destino de 56% das exportações brasileiras e tornou-se origem de 48% das importações do país em 2010. Dois dos três maiores parceiros comerciais do Brasil são países em desenvolvimento, nesta ordem, China, Estados Unidos e Argentina.

No século XXI, aumentou a importância do Brasil na integração da latino-americana, investindo, financiando, adquirindo matérias-primas e fornecendo produtos industrializados (MAGALHÃES, 2010), assim, cumpre papéis análogos aos desempenhados historicamente pelos Estados Unidos. A economia brasileira, que já tinha papel relevante no setor externo dos membros do Mercosul, e aumentou suas relações com países andinos, sobretudo desde 2005, quando se completa uma rede de acordos de livre comércio que fizeram da América do Sul uma zona de livre comércio. Segundo o BCB, os investimentos brasileiros na América do Sul têm girado em torno de US\$ 7 bilhões por ano entre 2001 e 2009. Poucos países investem na região com semelhante regularidade e intensidade. Os investimentos brasileiros têm representado parte importante do total de investimentos recebidos pelos sul-americanos.

Em se tratando de assistência a países de menor desenvolvimento relativo e àqueles em conflito, estima-se que, somente em 2010, a ajuda direta oferecida pelo Brasil atingido US\$ 1,2 bilhão, incluindo US\$ 350 milhões para o Haiti e US\$ 300 milhões para o Programa Mundial de Alimentação (THE ECONOMIST, 2010). De ajuda indireta, só o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que oferece crédito subsidiado, totalizou US\$ 3,3 bilhões entre 2008 a 2010 (idem).

A título de definição, o Brasil entende que cooperação (ou assistência) é o total de investimentos a fundo perdido (sem expectativa de renda ou lucro) do governo federal voltado para estrangeiros – cidadãos, países ou organizações internacionais –, com o propósito final de melhorar condições socioeconômicas da população (IPEA/ABC, 2010: 17). Esse conceito é mais rígido que o adotado pela OCDE, que inclui fluxos de financiamento com pelo menos 25% de fundo perdido (idem).

A Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, teve um acréscimo significativo em seu orçamento, com vistas a fomentar a cooperação técnica Sul-Sul. Em 2003, foi usado R\$ 1,4 milhão; em 2010, o valor alcançou R\$ 33,5 milhões (ABC, 2011: 4). O maior parceiro institucional foi o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que recebeu R\$ 25,8 milhões em 2010 (idem: 5). Cerca de 50% dos projetos tem sido desenvolvidos na

África, e 40% na América Latina (ibid.: 9), priorizando as áreas de agricultura, saúde e educação (ibid.: 10). Os países que mais receberam recursos foram Moçambique, Timor-Leste, Guiné Bissau e Haiti (ibid.: 18), mas 77 países beneficiaram-se da cooperação técnica brasileira (ibid.: 20).

Recentemente, calculou-se que o Brasil, entre 2005 e 2009, contribuiu com R\$ 2,9 bilhões para oferecer ajuda humanitária; bolsas de estudo para estrangeiro; cooperação técnica, científica e tecnológica; e contribuições para organizações internacionais (OIs) – como o PNUD, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) (IPEA/ABC, 2010: 19). O valor total da cooperação oferecida pelo país quase dobrou entre 2005 (R\$ 384 milhões) e 2009 (R\$ 724 milhões) (idem). A cooperação técnica e as bolsas de estudos para estrangeiros corresponderam, respectivamente, a R\$ 252,6 milhões e a R\$ 284,0 milhões em 2009 (ibid.: 20). Esses dois tipos de fluxos resultam, na prática em maior fluxo de informações, tecnologias e de pessoas, o que certamente contribui para o aprofundamento e para o avanço da globalização no hemisfério Sul.

CONCLUSÃO

Ainda que em menor proporção que a China, o Brasil tem contribuído significativamente para o adensamento das relações Sul-Sul e o consequente avanço da globalização. A atuação recente do Brasil nos países em desenvolvimento e nos de menor desenvolvimento relativo são coerentes com a ideia de que os países emergentes têm exercido papel central no avanço da globalização. Nesse contexto, à medida que transações (investimentos, comércio e assistência) Sul-Sul crescem mais que fluxos Norte-Sul no século XXI, verifica-se a tendência de mudança na estratificação da globalização. O terceiro nível de estratificação (Sul-Sul) tende a ultrapassar o segundo nível (Norte-Sul) nas próximas décadas.

Outra mudança inédita é a tendência de países do Sul substituírem os do Norte como principais vetores da globalização. Na década de 1990, a globalização avançava no eixo Norte-Sul. Os “globalizadores” do Norte – Estados Unidos, Japão, Alemanha,

Reino Unido, França etc. – envolveram o Sul nos fluxos globais. Assim, surgiram novos países globalizados, emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China, entre outros. No século XXI, estes têm atuado cada vez mais como “globalizadores”.

O ritmo da expansão da globalização econômica para fora do primeiro nível de estratificação tem sido historicamente determinado por economias desenvolvidas, no âmbito das relações Norte-Sul. Nesse contexto, no Norte estão os grandes investidores, credores, consumidores, doadores e parceiros de cooperação em prol de países receptores. No entanto, a partir do século XXI, papéis tradicionalmente exercidos por países do Norte têm sido exercidos cada vez mais por países emergentes. Os BRICs, sobretudo, compram bens primários, fornecem bens industrializados, concedem empréstimos, aplicam investimentos, desenvolvem tecnologias e ofertam doações e cooperação.

A divisão Norte-Sul ainda é recorrente, mantendo o sentido original: Norte rico e Sul pobre, grosso modo. Com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, as cerca de trinta nações com alto índice de desenvolvimento (IDH) – acima de 0,9 – concentram-se nas áreas mais setentrionais do planeta (PNUD, 2005). O termo Norte, mais que o mero sentido geográfico denotativo, tem sentido conotativo de “referência”. Ou seja, o Norte inclui Estados que estão na égide das grandes mudanças na política internacional, concentram as redes os fluxos globais e determinam a direção destes. Contudo, no século XXI, está cada vez mais claro que certos países do Sul têm se tornado referência de algumas dessas mudanças. Do ponto de vista da Argentina e da Angola, por exemplo, as referências são o Brasil e a China. Por isso, entende-se que os emergentes simbolizam, hoje, o novo “Norte” do Sul.

REFERÊNCIAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 20/02/2011.

CAMAROTTO, Murillo. “País sobe para 2º lugar em ranking dos emergentes que mais investem no exterior”. Valor Econômico. 17 de outubro de 2007.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CIA – Central Intelligence Agency. World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso: 20/05/2011.

DAMOOEI, Jamshid. Globalization: is it the promise for grater world economic convergence and a better and more equitable future for developing countries?. California Lutheran University, 2007. Disponível em: <http://lass.calumet.purdue.edu/cca/jgcg/2007/sp07/jgcg-sp07-damooei.htm> Acesso em: 01/06/2010.

DÖPCKE, Wolfgang. “Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918)”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: IBRI, 2001. Vol. I.

FMI – Fundo Monetário internacional. World Economic Outlook Database Abril de 2008. Dados para o ano de 2007. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/01/weodata/index.aspx>> Acesso: 20/10/2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Banca quer emergentes incluídos no G7”. Folha de São Paulo. 03 de outubro de 2008.

HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; & PERRATON, G.. Global Transformations: Politics, Economics and Culture. Stanford, CA: Stanford University Press. 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>> Acesso: 29/06/2010.

ICTSD – International Centre for Trade and Sustainable Development. “África na fronteira dos investimentos internacionais”. 25 de maio de 2009. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/47228/>> Acesso: 27/07/2010.

INDEX mundi. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com>> Acesso: 20/05/2011.

IPEA/ABC. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: IPEA, ABC, 2010.

LAPPER, Richard. “Brazil enters fray for African resources”. Financial Times. Johannesburgo, 08 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/bb7fb012-14da-11df-8f1d-00144feab49a.html?catid=431&SID=google>> Acesso: 27/07/2010.

KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, Maurice. International Economic: Theory and Policy. Sixth edition. 2003

MAGALHÃES, Diego Trindade d’Ávila. A formação de uma comunidade de segurança na América do Sul. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> Acesso: 28/07/2010.

NELSON, Sonia Ambrósio de. “Expansão Econômica e Influência da China na África, Ásia e Pacífico”. Núcleo de Estudos Asiáticos. Cingapura, dezembro de 2006. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_soniaanelson271206.pdf> Acesso: 27/07/2010.

PEIXOTO, Fabrício. “Investimento brasileiro no exterior cresceu 185% em 2008”. BBC Brasil. Brasília, 06 fev. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/02/090206_investimentoexteriorbrasil_fp.shtml> Acesso: 28/07/2010.

PNUD-ONU. Relatório de Desenvolvimento Humano 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> (acesso: 08/06/2007).

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001. Vol II.

SPERO, Joan E. & HART, Jeffrey A. The Politics of International Economic Relations. 5. ed. New York: St. Martin’s Press, 1997.

REUTERS & O ESTADO DE SÃO PAULO. “Emergentes tentam elevar o comércio sul-sul”. Estadão. 9 de fevereiro de 2009. <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090209/not_imp320464,0.php> Acesso: 27/07/2010.

RIBEIRO, Fernando J. & LIMA, Raquel Casado. “Investimentos Brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas”. Julho de 2008. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/02012.pdf>> Acesso: 28/07/2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. “A Aposta Brasileira na África”. Valor Econômico. 29 de outubro 2007.

SATO, Eiiti. Mudanças Estruturais no Sistema Internacional: a evolução do regime de comércio do fracasso da OIC à OMC. 20 de maio de 2001.

THE ECONOMIST. “Brazil’s foreign-aid programmes”. The Economist. Brasília, 15 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16592455>> Acesso: 27/07/2010.

ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WILSON, Dominic & PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming with the BRICs: the path to 2050. Global Economics Paper no. 99. New York: Goldman Sachs, 2003.

Artigo recebido em 06 de Agosto de 2011. Aprovado em 15 de Setembro de 2011.

RESUMO

O avanço da globalização foi historicamente determinado por economias desenvolvidas, no âmbito das relações Norte-Norte e Norte-Sul. No século XXI, os países emergentes têm sido responsáveis pelo avanço da globalização no eixo Sul-Sul. Estuda-se a aplicabilidade do conceito de país “globalizador” ao caso da atuação brasileira no Sul.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização; Emergentes; Relações Sul-Sul.

ABSTRACT

Developed economies have historically determined the advance of globalization, in the context of North-North and North-South relations. In the twenty-first century, emerging nations lead globalization in the South-South axis. This study tests the applicability of the concept of “globalizer” to the case of Brazilian performance in the South.

KEY-WORDS

Globalization; Emerging Countries; South-South relations

RESENHA

Book Review

POLÍTICA MUNDIAL A PARTIR DE 1945¹

*Cíntia Vieira Souto*²

Política Mundial a partir de 1945, de Peter Calvocoressi, um clássico da área de história das relações internacionais, chega ao Brasil já em sua 9ª edição com apresentação caprichada da editora Penso e tradução de Roberto Cataldo Costa com supervisão técnica do professor Paulo Fagundes Visentini.

Calvocoressi postula, na introdução, um objetivo ambicioso: avaliar de que forma uma nova ordem política foi construída depois da devastação da Segunda Grande Guerra. Seu material são os fatos. O autor enfrenta algo de que os historiadores têm fugido nos últimos cinquenta anos - a narrativa cronológica dos fatos. O resultado é um texto extenso, às vezes árido, mas muito rico. A atenção à cronologia não dispensa interpretações - elas estão lá. Mas a percepção dos avanços e recuos de um processo afasta a teleologia inerente aos textos interpretativos. O problema desse modelo é que a limitação do espaço nem sempre permite a exploração factual para a construção de uma narrativa coerente.

Peter John Ambrose Calvocoressi não foi um homem de gabinete. Nascido no Paquistão de pais gregos que se estabeleceram na Inglaterra quando ele ainda era um bebê, parecia já ter as credenciais para discutir assuntos mundiais. Seu interesse por história e facilidade para línguas o conduziram à carreira diplomática. Durante a

¹ *Política Mundial a partir de 1945*. Peter Calvocoressi. tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Paulo Fagundes Visentini, - 9ª ed. Porto Alegre: Penso, 2011. ISBN: 978-85-63899-66-1

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de História Contemporânea da Faculdade Porto-Alegrense e Historiadora do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Segunda Guerra, passou a trabalhar para a inteligência britânica decifrando mensagens codificadas da Luftwaffe, episódio que só foi revelado na década de 1970 quando ele escreveu o livro *Top Secret Ultra*. No final do conflito, foi designado investigador para o Tribunal de Nuremberg, quando entrevistou diversos oficiais nazistas acusados.

Após, continuou a trabalhar para o governo britânico e iniciou uma carreira de escritor, tendo publicado diversas obras de análise das relações internacionais.

Política Mundial a partir de 1945 foi publicado pela primeira vez em 1968.

A primeira parte diz respeito à Guerra Fria. O diferencial é que, ao invés de parar em 1991, quando houve a desintegração da União Soviética (URSS), o autor prossegue até os dias atuais enfrentando o que ele denomina “rompimento da miragem bipolar” para os Estados Unidos: o fim da URSS quase simultâneo à reintrodução da China nas questões mundiais revelaram uns Estados Unidos bem menos importantes do que pareciam durante a Guerra Fria. Igualmente discute a redução da URSS à Rússia que ficou “em uma posição não muito boa no mundo e sem qualquer posição clara na Europa”, ainda que se mantenha um Estado de alguma importância.

Da parte II à parte VII, Calvocoressi faz recortes geográficos: Extremo Oriente, Europa, Oriente Médio, Sul da Ásia, África, América Latina. Essas partes são subdivididas também por critérios geográficos. Isso faz da obra uma excelente fonte de consulta - a história de qualquer região depois de 1945 está acessível a partir do índice. Ele dedica mais ou menos o mesmo número de páginas para cada região, sem nenhum privilégio ao mundo ocidental. O mundo em desenvolvimento estava entre as suas preocupações. Entre 1962 e 1971, ele foi membro do sub-comitê das Nações Unidas para a prevenção da discriminação e proteção das minorias.

É nessas seções que ficam evidentes as limitações do modelo narrativo e audacioso de Calvocoressi. Ele, como membro da inteligência britânica, era profundo conhecedor da Guerra Fria. Conhecia pessoalmente vários atores importantes e sua memória privilegiada garantia o processamento de muitos detalhes. Para as partes referentes às regiões mundiais ele utilizou, além de seu conhecimento, uma modestíssima bibliografia descrita ao final de cada seção. Não há nenhuma informação

sobre consulta a fontes primárias ou jornais, que certamente foram pesquisados. Assim, as análises das regiões menos conhecidas do autor apresentam-se um tanto limitadas.

Calvocoressi dedica cerca de cinco páginas ao Brasil. A Revolução de 1930 é descrita como a chegada de Getúlio Vargas, “levemente liberal” ao “poder pela força, pois estava insatisfeito com a oligarquia conservadora tradicional, e deu início à modernização do Brasil”. A Era Vargas é reduzida ao fortalecimento do governo central, incentivo à indústria e introdução do planejamento econômico estatal. A sequência é uma narrativa errática dos governos pós-Vargas com a seleção de algumas características e fatos, nem sempre muito importantes: Juscelino Kubitschek “embarcou em empreendimentos extravagantes”, João Goulart tinha poderes “limitados e logo chegou ao seu limite”. Não fica claro por que ocorreu o golpe de 1964, nem por que o governo militar terminou na década de 1980.

A redemocratização tampouco é esclarecida. Collor “e seus amigos roubaram cerca de 1 bilhão de dólares”. Fernando Henrique Cardoso foi reduzido a “rebelde de esquerda transformado em direitista defensor do livre mercado” e Lula, “a eterna esperança da esquerda brasileira” teve seu governo mais relacionado à criminalidade violenta do que a transformações sociais.

Essas falhas não desmerecem o grandioso empreendimento de Calvocoressi. Não é possível escrever um texto abrangente que seja também homogêneo. E, diante da enorme fragmentação na área de história que iniciou nas duas últimas décadas do século passado, com os historiadores se dedicando a temas cada vez mais restritos e recortes temporais exíguos, *Política Mundial a partir de 1945* tem ares de ousadia.

A parte VIII, denominada Ordem Mundial, é prescritiva. O autor discute como prevenir guerras e como administrar distúrbios econômicos. Aqui a Organização das Nações Unidas (ONU) e seu papel em diversos conflitos são amplamente discutidos. O autor conhece as limitações da ONU que possui muitas funções e pouco poder, mas julga que sua existência é positiva, apesar dos desgastes e da necessidade premente de uma revisão.

No final, há um interessante apêndice sobre o Estado soberano com sete questões a respeito dos desafios enfrentados por ele na atual ordem internacional. São

questões atualíssimas e fundamentais, cujas repostas renderiam muitos volumes da envergadura de *Política Mundial a partir de 1945*.

Peter Calvocoressi faleceu em 5 de fevereiro de 2010 aos 97 anos. Teve tempo de ver em 2009 seu 20º livro publicado: essa 9ª edição de *Política Mundial a partir de 1945*.

Artigo recebido dia 17 de Setembro de 2011. Aprovado em 27 de outubro de 2011.

RESUMO

O clássico da área de relações internacionais, *Política Mundial desde 1945*, de Peter Calvocoressi, chega ao Brasil em sua 9ª edição por iniciativa de editora Penso. Apesar das limitações acarretadas pelo amplo recorte espaço-temporal, trata-se de obra de referência indispensável para o estudo das relações internacionais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Internacionais, Política Mundial, Obra de Referência

ABSTRACT

The classic work on international relations, the 9th edition of *World Politics Since 1945*, by Peter Calvocoressi, was brought to Brazil by Penso editorial company. Despite the limitations imposed by the large time-space gap, it is an indispensable book for the study of contemporary foreign affairs.

KEYWORDS

International Relations, World Politics, Reference Book

NORMAS DE SUBMISSÃO / Submission Standards

Diretrizes para Autores

1. A revista **CONJUNTURA AUSTRAL** publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em **três seções: Conjuntura; Pesquisa e Leitura** (resenhas)
3. Os artigos de análise de conjuntura devem conter entre 8 mil e 12 mil caracteres (incluindo espaços) e os artigos de pesquisa devem conter cerca de 25 mil caracteres, as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 3 mil caracteres (espaços inclusive);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
8. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
9. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
10. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês; Título em inglês; Resumo em português e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
11. Todas as submissões devem ser feitas através do site da revista : www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando necessário.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista, no site www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.
6. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.

Author Guidelines

1. The journal **CONJUNTURA AUSTRAL** publishes articles and book reviews;
2. The journal is divided in **three sections: Conjuncture (Conjuntura), Research (Pesquisa) and Review (Leitura)**;
3. The conjuncture analysis articles must contain a minimum of 8 thousand and a maximum of 12 thousand characters (spaces included) and the research articles must contain around 25 thousand characters; the book reviews must contain around 3 thousand characters (spaces included);
4. The footnotes should be strictly of a substantive and complementary nature;
5. The bibliography must follow the rules of the Chicago system (Author, date), specifying the used literature at the end of the text;
6. Contributions must be original and can be submitted in Portuguese, English or Spanish;
7. Contributions must contain the full name of the author, their titles and institutional affiliation;
8. Publications of undergraduate students are accepted, as long as in partnership with an advisor professor, which will appear as the main author of the work;
9. Book reviews must contain the complete data and the ISBN of the analyzed work;
10. Contributions must be accompanied of: 3 key-words in Portuguese and 3 key-words in English; Title in English; Abstract in Portuguese, Abstract in English, both with up to 50 words.
11. All the submissions should be made through the website: www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.

Submission Preparation Checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. Contributions must be original, and shall not have been submitted for publication in another journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor".
2. Submitted files must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as their size is up to 2MB) format.
3. URLs must be informed in the references when necessary.
4. The text must be single-spaced; Times New Roman typeface 12 pt must be used for the body of the text; italic is to be used instead of underline (except in URL addresses); Figures and Tables must be embedded in the text.
5. The text must follow *patterns of style* and *bibliographical* requirements described in Authors Guidelines Author Guidelines, in the section "About the Journal", on the website: www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.

The identification of authorship of the work must be removed from the file and the Properties option in Word, thus ensuring the confidentiality criteria of the journal, if it is to be subjected to peer review (i.e. articles), accordingly with available instructions in "Ensuring Blind Peer Review".



INDEXADORES

Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais. (Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services):

- Latindex
- Google Scholar